



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, conforme Edital de Convocação publicado aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Diário Oficial do Município de número 82, Ano X, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e um. A Audiência Pública online foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sérgio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. A senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, procedeu a apresentação quanto a Gestão Fiscal do Poder Legislativo. O senhor Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, procedeu a apresentação a respeito dos relatórios do Poder Executivo. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Está encerrado o Pequeno Expediente. Com a presença dos seguintes Srs. Vereadores: (ver Ata), passamos à audiência pública. Conforme Requerimento n.º 054.00005.2021, aprovado em Sessão on-line do dia 27 de abril, os horários reservados à Ordem do Dia, ao Grande Expediente e às Explicações Pessoais estão destinados à realização da audiência pública de apresentação do Relatório de Gestão de Finanças referente ao primeiro quadrimestre de 2021. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Exmo. Vereador Serginho do Posto. Passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto para que conduza essa audiência.


(Assume a Presidência dos trabalhos o Vereador Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto)

O SR. PRESIDENTE:- Bom dia, Presidente. Em seu nome cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras que participam desta Sessão e desta audiência. Também faço uma saudação oficial aos membros desta comissão. Eu que presido esta comissão, e os Vereadores: Indiara Barbosa - Vice-Presidente, Flávia Francischini,

Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes e o nosso decano Tito Zeglin. Declaro aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2021. De acordo com o que determina o Parágrafo 4º do Art. 9º, Lei Complementar n.º 101, de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 62-A da Lei Orgânica do Município. Esta audiência terá a duração de duas horas, com início às 9h10min e encerramento às 12h10min. Agradecemos a participação de todas as autoridades, representantes de associações e entidades, servidores do Executivo e do Legislativo, cidadãos e Vereadores. Cumprimento também o nosso Secretário de Finanças, o Sr. Vitor Puppi e, em seu nome, cumprimento toda a sua equipe da Secretaria de Finanças. Também cumprimento a Aline Bogo que fará a explanação, e em seu nome, a todos os servidores desta Casa. Os trabalhos da audiência pública obedecerão ao seguinte roteiro: primeiramente passaremos a palavra à Sra. Aline Bogo - Diretora Contábil e Financeira, quanto a gestão fiscal deste Poder Legislativo; na sequência faremos a concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões ou questionamentos; na sequência, passaremos à explanação do Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal, e daremos a concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões e questionamentos. Nós organizaremos esta audiência da seguinte forma: primeiramente usarão a palavra os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização e, na sequência, os demais Vereadores e passaremos também aos participantes que se manifestarem por meio de chat no YouTube e também pelo e-mail da Comissão de Economia desta Casa. Então, este é o roteiro a ser seguido, pedimos a compreensão e a colaboração de todos. Peço a Vice-Presidente da Comissão, Vereadora Indiara Barbosa, que secretarie esta audiência pública por gentileza. De imediato, uma saudação e já passo a palavra à Aline Bogo - Diretora Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba. Então, ela fará primeiro a explanação, a apresentação do relatório e na sequência daremos a palavra aos Vereadores. Com a palavra, Aline Bogo.

A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Serginho do Posto, é um prazer estar com vocês nesta Sessão on-line. Cumprimentando-o estendo o cumprimento aos demais Vereadores e Vereadoras que estão assistindo esta audiência pública, que tem como objetivo demonstrar e avaliar as metas fiscais do primeiro quadrimestre deste exercício, o quadrimestre que vai de janeiro a abril de 2021. Inicialmente quero trazer alguns dados do nosso orçamento que foi fixado ao final de 2020 em cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais, conforme vocês podem observar no slide. O orçamento da Câmara poderia chegar ao orçamento máximo de duzentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta e três mil reais. Este cálculo é obtido considerando as receitas arrecadadas pelo Município de Curitiba no exercício de 2020, exercício anterior. Não são todas as receitas, são as receitas de impostos e algumas transferências constitucionais. O Poder Legislativo pode chegar até 4,5% dessas receitas para fixar o seu orçamento. Então, conforme aprovação no exercício anterior, o orçamento fixado para a Câmara foi cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais. Durante estes quatro primeiros meses de 2021 o Município de Curitiba, o Poder Executivo, repassou ao Legislativo, então, quarenta e nove milhões trezentos e dezesseis mil seiscentos e sessenta e oito reais. Então, ele repassa todo mês um doze avos do valor orçado. O Poder Legislativo por sua vez empenhou durante esses quatro meses o valor de quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais que representa 31,40% do valor orçado. Eu trouxe também aqui a informação de quanto foi liquidado nesses quatro meses, porque o valor empenhado muitas vezes contém contratos que já foram empenhados para o exercício inteiro. Então, às vezes ele considera mais do que quatro meses (n) por isso é importante termos o valor liquidado, porque ele dá

uma visão melhor do que realmente foi executado durante esses quatro meses, que foi de trinta e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte e um reais, representando 24,79% do valor orçado. Todo mês quando a Câmara recebe o duodécimo, esse valor fica aplicado em contas bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e conforme esses valores vão tendo rendimentos, vamos devolvendo ao Executivo para que entre lá como uma receita patrimonial. Durante o primeiro quadrimestre foram repassados à Prefeitura de Curitiba noventa mil, trezentos e trinta e seis reais, referente a esses rendimentos e também referente a cancelamentos de restos a pagar, alguns contratos que ficam em restos e que não são executados na sua totalidade são anulados. Assim, no primeiro quadrimestre repassamos à Prefeitura quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e seis reais, referentes ao cancelamento de restos a pagar. Agora no mês de maio já repassamos mais quatrocentos e setenta e seis mil reais, além desses quatrocentos e sessenta e dois mil reais. No primeiro quadrimestre o total extraorçamentário que foi repassado, devolvido ao Executivo, totalizou quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos. No nosso orçamento temos três grupos de despesas que seriam: pessoal e encargos sociais, no primeiro grupo; depois temos outras despesas correntes e as despesas de capital, que seriam os investimentos. Nesse primeiro grupo que é formado por pessoal e encargos sociais, de um orçamento total da Câmara de cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais, tínhamos orçado para pessoal e encargos sociais cento e nove milhões, quinhentos e setenta mil reais. Desse valor foram empenhados trinta milhões, novecentos e setenta e seis mil e novecentos e dezesseis reais, que representam 66,69% do total empenhado. É aqui feita uma análise vertical e esses 66,69% são em relação ao total empenhado de quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais. O valor desse grupo pessoal e encargos sociais está assim distribuído: vencimentos e vantagens fixas, foram empenhados vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais. Nesse elemento de despesa temos os vencimentos, férias e outras gratificações, enfim, tudo entra aqui em vencimentos e vantagens fixas. Obrigações patronais: cinco milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e treze reais. Indenizações que foram pagas a servidores: dois milhões, noventa e dois mil, cento e noventa e seis reais. Outras despesas com pessoal: setecentos e oitenta e dois reais. Nesse próximo slide a despesa de pessoal está distribuída com mais detalhes, sendo que vencimentos e vantagens fixas do pessoal efetivo temos dez milhões, trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais. O valor gasto com subsídios nesse quadrimestre foi de dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais. Pagamentos com vencimentos de comissionados: dez milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta reais. Obrigações patronais: cinco milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e treze reais e setenta e dois centavos. Indenizações: dois milhões, noventa e dois mil, cento e noventa e seis reais. Outras despesas com pessoal: setecentos e oitenta e dois reais. Totalizando esse primeiro grupo de despesa de pessoal e encargos sociais trinta milhões, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e seis centavos. Nesse gráfico temos uma representação de como estão distribuídos os vencimentos dos efetivos, dos comissionados e os subsídios dos Vereadores. Sendo 48,81% gastos com efetivos, aqui diluídas as obrigações patronais e as indenizações, que já estão distribuídas em cada grupo, ou seja, vencimentos e obrigações patronais. Então, com efetivos 48,81%; com comissionados 41,94% e com subsídios 9,25% do valor de despesa de pessoal. O segundo grupo que temos são outras despesas correntes, que de um total de cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais, foram orçados vinte e nove milhões, oitocentos e oitenta mil reais, com outras despesas correntes. Foram empenhados quinze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta reais, que representam 33,04% do total



empenhado no quadrimestre, que é de quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais. Esse grupo tem os seguintes elementos de despesa: benefícios assistenciais, onde foram empenhados seiscentos e noventa e um mil e oitenta e três reais, aqui incluídos o auxílio-creche, o auxílio-saúde, o auxílio-funeral e também o elemento material de consumo, onde foram empenhados seiscentos e quatorze mil, cento e quarenta e cinco reais. Aqui temos material de expediente, material de copa e cozinha, material de higiene, combustível, tudo que entra como material de consumo. O próximo elemento é a locação de mão de obra, que são os serviços terceirizados, num total empenhado no quadrimestre de um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, cento e setenta e sete reais. Valor empenhado com serviços de terceiros, que representam serviços de tecnologia da informação e comunicação: quatro milhões, trinta mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos. Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, temos aqui todos os outros contratos com pessoas jurídicas que não fazem referência a tecnologia, que estão nesse outro grupo outros serviços pessoa jurídica, onde foram empenhados cinco milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos. Temos também o valor do aporte, do equacionamento da dívida com o Instituto de Previdência. O valor referente ao Poder Legislativo empenhado nesse quadrimestre foi de dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três reais. Outras despesas correntes: cento e doze mil, duzentos e trinta reais e vinte e sete centavos. O terceiro grupo de despesas que são as despesas de capital, os investimentos, orçados para esse exercício, o valor total é de oito milhões e quinhentos mil reais nesse grupo e foram empenhados cento e vinte e um mil, novecentos e vinte e nove reais e cinco centavos. Temos algumas obras sendo executadas, que foram empenhadas no exercício anterior. Esse grupo tem um valor total empenhado que representa 0,26% dos quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil reais. Durante esse quadrimestre não houve viagens, nenhuma despesa com diárias, passagens e hospedagens, por isso esse quadro está zerado. Temos aqui uma posição dos restos a pagar até 30 de abril de 2021 e foram inscritos ao final de 2020 em restos a pagar um total de nove milhões, cinquenta e nove mil e trezentos e sessenta reais, sendo que desse valor oito milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trezentos e dezessete reais foram empenhos de 2020 e quinhentos e oitenta e sete mil, quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos foram empenhos de exercícios anteriores. Foram pagos até abril, um total de quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e foram cancelados quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos. Temos a pagar quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos. Esse valor a pagar que temos ainda do exercício de 2020, a maior parte é referente as obras que estão acontecendo na parte da elétrica e da lógica. É, de exercícios anteriores, esse valor ainda é referente ao concurso com a Universidade Federal do Paraná que ainda não foi finalizado e tem um restante a ser pago quando da finalização. Eu trouxe agora um quadro com as despesas liquidadas, que representa melhor o gasto do quadrimestre, a liquidação, porque como falei os empenhos às vezes acontecem e é empenhado o contrato até o final do ano. Temos aqui no primeiro quadro os contratos com locação de mão de obra. Temos um contrato com a empresa Obra Prima, onde tem pessoal de apoio administrativo, considerando que temos nesse quadrimestre liquidado para essa despesa cento e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais. Pessoal de copa e cozinha: oitenta e um mil, quinhentos e dois reais. Limpeza: duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e dezoito reais. Temos um contrato com a empresa de vigilância Embrasil Segurança, onde foram liquidados nesse quadrimestre seiscentos e trinta e três mil, novecentos e trinta e um reais. Em relação a serviços de terceiros, tanto de tecnologia como de outros, e também combustível, eu trouxe o gasto com combustível nesse quadrimestre que foi de



quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais. Dois contratos que temos com a Serpro, de computação, nuvem, e-mail e outros serviços: setenta mil e duzentos reais. Comunicação Voip: setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais. Gastos com energia elétrica: cento e sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais. Gastos com estagiários, através do CIEE: trezentos e oitenta e seis mil e quarenta reais. Dois links de internet, um com a Empresa Oi e outro com a Empresa Algar: noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais. Locação de computadores: trezentos e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais, nesse quadrimestre. Locação de impressoras: valor liquidado de setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais. Locação de veículos: um valor liquidado de trezentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e três reais. Manutenção de bens imóveis e aqui temos um contrato maior que é o da manutenção predial e alguns contratos menores, totalizando trezentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais. Contratos para manutenção de bens móveis, tanto mobiliário quanto equipamentos de ar-condicionado, equipamentos de som, de áudio e vídeo: noventa e três mil, cento e oitenta e nove reais. Com licença de software temos gastos com software de gestão pública com a empresa Elotech e também a questão de votação eletrônica do Plenário: cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais. Operador de áudio e vídeo: cinquenta e dois mil, oitocentos e dezoito reais e sessenta centavos. Teleatendimento, atendimento das ligações telefônicas: sessenta e três mil, trezentos e trinta e dois reais. Em relação as exigências legais e as metas que temos que cumprir para atendimento tanto da Constituição quanto da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos um limitador de acordo com a Emenda Constitucional n.º 25/2000 que diz que a despesa com folha de pagamento da Câmara não poderá ultrapassar 70% da sua receita. De acordo com o Tribunal de Contas do Paraná, essa receita é considerada o valor máximo permitido do nosso orçamento. Então, para essa receita consideramos duzentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e três reais. Desse valor 70% seriam cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, ou seja, isso seria o que a Câmara poderia gastar durante o exercício com folha de pagamento e nesse gasto com folha não se incluem as obrigações patronais. O gasto nesses primeiros quatro meses foi de vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e seis reais. Esse cálculo aqui é a despesa naquele primeiro grupo pessoal e encargos sociais, sem os encargos e sem também as indenizações, então, é o gasto com folha de pagamento que totaliza vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e seis reais e representa 10,97% do orçamento máximo permitido ali de duzentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta e três mil reais e que foi atingido esse percentual até abril. Não chegaremos a 70% até o final do exercício, acredito ali que 35% ou 40% é o que será atingido. Também o percentual em relação ao nosso orçamento, é de 15,94%, ou seja, um percentual que está bem longe dos 70%. Tem outros Tribunais que consideram o valor orçado, mas no caso do Paraná consideramos o valor do orçamento máximo. Em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos o limitador da despesa com pessoal, (c) onde o Município não pode gastar mais do que 60% da receita corrente líquida com pessoal, sendo que 6% desse cálculo é para o Legislativo. Então, o Poder Legislativo não pode gastar mais do que 6% da receita corrente líquida do Município com despesa de pessoal. Considerando que a despesa de pessoal, nesse caso, não é dos quatro meses, é uma despesa móvel dos últimos doze meses, consideramos para este relatório, o demonstrativo da despesa com pessoal, o valor liquidado dos meses de maio de 2020 até abril de 2021. Temos uma despesa bruta com pessoal, nestes últimos doze meses, de noventa e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e dois reais. Sendo que, deste valor, com pessoal ativo foi gasto noventa e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e, com inativos, temos aqui algumas indenizações que foram pagas de algumas revisões de

processos, o valor de novecentos e quinze mil, duzentos e sessenta e quatro reais. O valor com pessoal ativo, em vencimentos, vantagens e outras despesas, foi de setenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e, com obrigações patronais, dezessete milhões, quatrocentos e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais. E deste valor da despesa com pessoal retiramos as despesas não computadas, que seriam as indenizações. Temos com indenizações, nesses últimos doze meses, três milhões, trezentos e onze mil e sessenta reais, que é descontado da despesa bruta, formando assim a despesa líquida com pessoal que é usada no cálculo do limite. A despesa líquida totalizou noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais. Trazendo a receita corrente líquida, calculada pelo Executivo, temos sete bilhões, novecentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e cinco reais. Temos algumas deduções, que são as transferências obrigatórias relativas às emendas individuais, emendas de bancada, e a dedução de receita de serviço do transporte coletivo - o FUC. Com essas deduções, a receita corrente líquida ajustada, calculada pela Prefeitura, é de sete bilhões, quinhentos e nove milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e vinte e quatro reais. Se considerarmos a despesa líquida com pessoal da Câmara, que é de noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais, temos um percentual atingido de 1,26% da receita corrente líquida. Lembrando que o percentual máximo seria de 6%. E temos alguns limitadores que são, limite de alerta, limite prudencial, também um limitador de 5,55% que foi criado na Lei de Responsabilidade Fiscal do Município de Curitiba. Portanto, a Câmara está bem longe de atingir esse percentual de 6%. Eu trouxe para a análise como vem se comportando esse índice nos primeiros quadrimestres dos últimos cinco anos. Temos ali o primeiro quadrimestre de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 e vemos que o índice tem caído. Ali no gráfico, em verde é o comportamento da receita corrente líquida do Município. Vimos que ela vai subindo, tivemos uma queda de 2017 para 2018, acredito que essa queda foi por causa dessa forma nova de calcular, com a dedução do FUC, que começou a ser feito em 2017; no primeiro quadrimestre acho que ainda não era deduzido, por isso essa queda em 2018, depois temos uma crescente na receita corrente líquida. Em vermelho é despesa corrente líquida com pessoal da Câmara. Em 2017, no primeiro quadrimestre, inclui ainda a despesa de dezembro, que é da Legislatura passada. Sempre ao final da Legislatura nós temos um aumento da despesa por causa das indenizações de férias e 13º dos comissionados. Por isso que em 2017, nesse primeiro quadrimestre, temos uma despesa elevada em despesa líquida com pessoal, depois cai em 2018 e vai subindo em 2019, 2020 e 2021. Como a receita corrente líquida cresce em uma proporção maior do que a despesa com pessoal, temos uma queda no índice. O índice em 2017 e 2018 se manteve em 1,48%, depois caiu para 1,41%, 1,32% e 1,26%. Nesse outro gráfico tem os últimos cinco quadrimestres, não são os últimos cinco anos, e vemos que tem uma estabilidade ali na receita corrente líquida e na despesa líquida com pessoal vemos um aumento justamente no terceiro quadrimestre de 2020 por conta do que eu falei, das indenizações que ocorrem ao final da Legislatura, que reflete também o aumento no índice no terceiro quadrimestre de 2020. No gráfico anterior nós vimos que o índice vem caindo, mas se olharmos em quadrimestre, dá uma subida ali no terceiro quadrimestre de 2020 depois cai no primeiro quadrimestre de 2021. Essa é a conclusão desta demonstração. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para as perguntas que os Srs. Vereadores e os demais tiverem.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a Sra. Aline Bogo pela sua explanação. Solicito aos Vereadores que desejam se manifestar, que façam suas inscrições neste momento pelo sistema de votação do plenário. Lembrando que os integrantes da Comissão de Economia e Finanças poderão se inscrever imediatamente. Neste momento, peço a Vereadora Indiara Barbosa que leia o nome dos inscritos por bloco

de três Vereadores. Rapidamente, antes de passar a palavra a Vereadora Indiara, só gostaria de fazer um questionamento a Sra. Aline Bogo, até para que seja esclarecido de forma transparente. As indenizações, neste primeiro quadrimestre, foram de dois milhões. Gostaria que pudesse relatar aos participantes desta audiência sobre essas indenizações que foram pagas e o número de servidores, se são servidores inativos que receberam essas indenizações, para que não gere nenhuma dúvida. Essas indenizações não são pagas aos Vereadores, só para que haja esse esclarecimento. Era só isso. De imediato passo a palavra à Sra. Aline Bogo. Pode responder a minha pergunta com as do bloco. Obrigado pela sua explanação didática e sempre zelosa com os números, a contabilidade e finanças desta Casa. Obrigado. Com a palavra a Vereadora Indiara, por gentileza.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Bom dia a todos! Bom dia, Presidente Serginho, obrigada. Posso fazer minha pergunta antes, como integrante da Comissão? (Assentimento). Parabéns, Aline, pela explanação sempre objetiva e clara. Uma pergunta, até para a população que nos acompanha, que sempre me fazem, se você pudesse explicar um pouquinho sobre essa diferença do orçamento. A Câmara já gasta um valor abaixo do teto permitido, teto constitucional de gastos, além disso conseguimos economizar e a gestão financeira da Câmara tem sido mais eficiente do que geralmente a meta de gastos. Para onde vai, o que é feito ao final com esse excedente, o que a Câmara não gastou é devolvido para a Prefeitura? Como é definido para onde vão esses recursos? Se puder explicar, agradeço. Os próximos inscritos, Presidente, são a Vereadora Noemia Rocha, Vereador Pier Petruzzello e o Vereador Tico Kuzma. Se eles puderem se manifestar se as perguntas são relacionadas a essa apresentação da Aline. (Pausa). A Vereadora Noemia Rocha e Tico Kuzma sim, o Vereador Pier não.

O SR. PRESIDENTE:- Fechamos o bloco com essas quatro perguntas e devolvemos a palavra a Sra. Aline. Com a palavra, Vereadora Noemia Rocha.

A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Presidente Serginho, Comissão de Economia. Parabéns, Aline, você sempre muito didática e explica direitinho. A minha pergunta seria sobre indenizações, e vou prestar atenção na resposta, e sobre o plano de carreira dos servidores da Câmara. Lembro-me que tinha uma equipe de estudo em relação a vale-alimentação, vale-creche. Como está o andamento? Retomou, já definiu? Não consigo me lembrar exatamente de tudo, mas gostaria de saber. E se existe a possibilidade, Aline, nessa devolutiva dos duodécimos à Prefeitura, conseguirmos fazer meio engessável em relação a Câmara, e o Presidente também tem essa definição, para que possamos, como fizemos nos anos anteriores, definir para o transporte, para a saúde, para os hospitais. Se existe essa possibilidade interna, que a Casa possa definir para onde vai essa economia da Câmara, para não dissolver no caixa da Prefeitura. Muito obrigada.

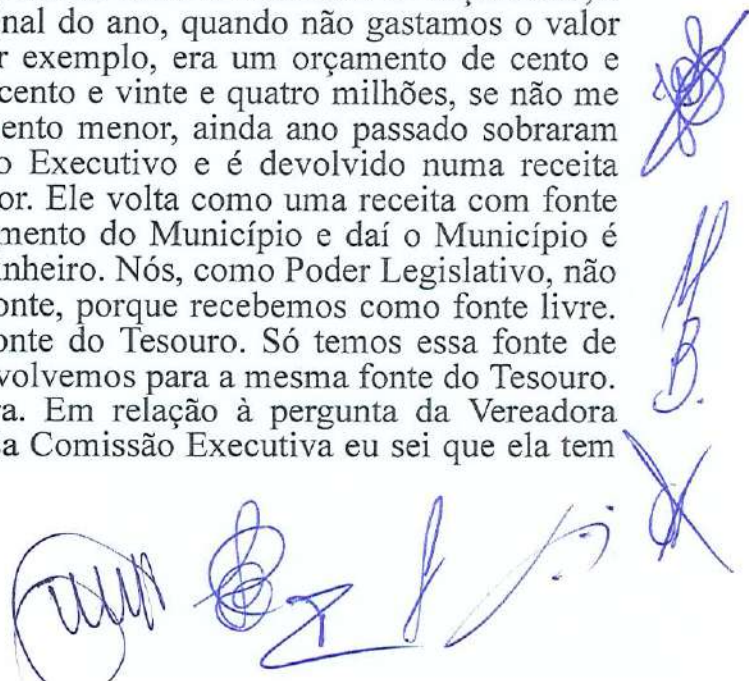
O SR. PRESIDENTE:- O próximo inscrito é o Presidente desta Casa, Vereador Tico Kuzma. Quero agradecer, Vereador, por nos ceder este espaço hoje, da sala do Legislativo, para que pudéssemos realizar esta audiência. Muito obrigado pela gentileza. Passo a palavra a V.Exa.

O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Vereador Serginho, Presidente da Comissão de Economia. Não falei antes, mas é uma alegria vê-lo presidir esta audiência pública hoje. É uma alegria de todos, estamos muito felizes de ver que V.Exa., graças a Deus, se recuperou. Assim também torcemos pela recuperação de todos aqueles que estão contaminados com esse vírus, sejam servidores ou pessoas que sabemos que estão passando por essa terrível doença. Ficamos muito felizes com a sua presença, Vereador Serginho do Posto. Gostaria de cumprimentar, em nome dos sete Vereadores da Mesa, a Aline pela explanação e pelo trabalho desenvolvido. Em nome da Aline, em nome da nossa Diretora Geral, a Jussana, em nome dos sete Vereadores da Mesa e acredito que de todos os Vereadores, cumprimento a todos os servidores da Casa que fazem esse brilhante trabalho e dão o suporte para que os



Vereadores possam desempenhar suas atividades, para que os gabinetes possam funcionar, para que os Vereadores possam realmente representar a população e trazer para o debate no dia a dia aquilo que é o anseio das pessoas que os Vereadores representam. Eles nos dão esse suporte e em nenhum momento durante a pandemia tivemos dificuldades no trabalho. Todos se empenharam ainda mais do que o normal para que pudéssemos continuar esse trabalho em defesa das pessoas, do cidadão de Curitiba. Desde o ano passado todos trabalhando, de forma presencial ou de forma remota, e o trabalho da Câmara continuou e o trabalho dos Vereadores também graças a esse suporte de todos os servidores. Então, Aline, obrigado pela explanação, obrigado pelo seu empenho e de todos os servidores da Câmara Municipal, sejam eles servidores efetivos ou comissionados, que dão suporte aos Vereadores. Parabenizo e cumprimento o Secretário Vitor Puppi, que já está presente, pela participação na nossa audiência. Muito obrigado.

A SRA. ALINE BOGO:- Agradeço todas as palavras do Vereador Serginho, da Vereadora Indiara, da Vereadora Noemia, do nosso Presidente Tico Kuzma. Eu sempre tenho um apoio muito grande e fico feliz que tenho muita liberdade na confecção dos slides, nas apresentações. Nunca nenhum presidente me pediu "coloque isso ou aquilo nos slides". Tentamos colocar um nível de detalhe nas apresentações que demonstre realmente como estão as metas da Câmara. Vereador Serginho, como o Presidente falou, ficamos muito felizes de vê-lo restabelecido, ficamos bastante preocupados tanto com o Vereador quanto com o Everton; agradecemos também que o Everton já está em casa. Em todo esse trabalho que fazemos estou tendo muito apoio da Diretora Geral, a Jussana, da minha equipe e dos demais diretores. Então, agradeço. Em relação às perguntas, ⁽⁹⁾ primeiramente em relação às indenizações. Como eu falei na apresentação, são indenizações pagas a servidores. Se não me falha a memória, nesses quatro meses pagamos umas doze indenizações. A maioria são servidores efetivos. Acredito que teve um servidor ou uma servidora que a indenização foi por conta de licença-maternidade. Foi uma comissionada de um Vereador que não se reelegeu. Ela foi desligada, ela estava grávida, então precisou que fosse indenizada. E os demais são indenizações referentes à licença-prêmio não usufruída durante o trabalho. São servidores que se aposentaram e quando eles pedem aposentadoria podem levar em pecúnia esse valor da licença-prêmio. Acredito que com isso respondi a pergunta referente às indenizações. Em relação ao nosso orçamento, conforme coloquei lá no primeiro slide, é calculado em um limite de 4,5% de algumas receitas, receitas de impostos, dívida ativa desses impostos e também transferências constitucionais. O orçamento da Câmara, quando é estudado, proposto, os Vereadores abrem mão, já na votação decidem por um orçamento menor. Então, já foi fixado, ao invés de 4,5%, em 3,12% do que poderia ser. Ali já se abre mão e o valor restante é o orçado pela Prefeitura, define pela Prefeitura como será orçado esse valor. Os Vereadores podem definir a destinação só nas emendas. Agora, quando forem fazer as emendas ao orçamento, é que eles têm essa liberdade. Quando ao final do ano, quando não gastamos o valor total desse orçamento... Ano passado, por exemplo, era um orçamento de cento e cinquenta e quatro milhões, foram gastos cento e vinte e quatro milhões, se não me engano, então, além de termos um orçamento menor, ainda ano passado sobraram trinta milhões. Esse valor é devolvido ao Executivo e é devolvido numa receita livre. Nós não podemos carimbar esse valor. Ele volta como uma receita com fonte de recurso livre. Então, volta para o orçamento do Município e daí o Município é que pode decidir para onde destinar esse dinheiro. Nós, como Poder Legislativo, não podemos fazer essa devolução em outra fonte, porque recebemos como fonte livre. Então, devolvemos como fonte livre, a fonte do Tesouro. Só temos essa fonte de recurso que é a fonte do Tesouro, então devolvemos para a mesma fonte do Tesouro. Essa era a pergunta da Vereadora Indiara. Em relação à pergunta da Vereadora Noemia Rocha, se tem muita vontade. Essa Comissão Executiva eu sei que ela tem



vontade de mudar o Plano de Carreira, de fazer algumas adequações. Não sei se depois alguém da Comissão pode falar mais sobre isso, talvez a Jussana, não sei. Mas no momento, em relação aos auxílios que a Vereadora Noemia perguntou, o auxílio transporte e alimentação, temos a Lei Complementar n.º 173 que congelou o aumento de despesa até o final de 2021. Então, no momento não tem como estudarmos esses auxílios. Temos que esperar para ver como vai funcionar depois que acabar o prazo dessa Lei Complementar n.º 173. A Vereadora também perguntou da devolução. A devolução é livre. É a oportunidade mesmo que os Vereadores têm durante as emendas. É o momento de aprovar o orçamento e fazer as emendas, é quando podemos alterar o orçamento que é proposto. Acredito que respondi. Esqueci alguma pergunta? (Pausa). No mais quero agradecer a atenção de todos os Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Aline, temos mais algumas perguntas. No próximo bloco estão inscritos a Vereadora Professora Josete, membro desta Comissão, e o Vereador João da 5 Irmãos. Acredito que são essas as inscrições. Peço à Comissão, aos membros, em especial ao Thiago, se temos alguma inscrição via YouTube ou por outros canais para que a Aline possa fazer as suas devolutivas. Depois partiremos para o encerramento do Legislativo. Com a palavra, Vereadora Professora Josete, e, na sequência, Vereador João da 5 Irmãos.

A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas. Primeiramente gostaria de parabenizar a Aline pela apresentação, sempre de forma muito clara, sempre detalhando os aspectos mais relevantes, para que tanto as Vereadoras e os Vereadores como a população possam entender como o recurso chega à Câmara e é aplicado. E aproveito também para parabenizar todos os servidores da Casa nesse momento de pandemia. Mesmo estando trabalhando de forma remota a Casa não parou, tem funcionado com eficiência e qualidade. Então, isso também certamente é fruto do empenho e da dedicação dos servidores e das servidoras. A Aline para nós, desde que eu estou aqui na Casa, que ela chegou, sempre teve essa postura muito correta, muito ética e sempre à disposição para nos auxiliar e para nos esclarecer qualquer situação. Então, agradecer mesmo, Aline. E só queria aproveitar, porque normalmente a população não tem a informação, queria só falar sobre a questão dos Vereadores, dos recursos que são destinados para a estrutura dos gabinetes. Dizer que não temos verba de ressarcimento, diferente da Assembleia e da Câmara Federal. Então, Aline, ia pedir para você falar um pouquinho sobre quais são os recursos destinados para os gabinetes, para que os Vereadores possam desenvolver o seu trabalho. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, agora, o Vereador João da 5 Irmãos.

O Sr. João da 5 Irmãos:- Bom dia, Presidente. Cumprimento V.Sa., V.Exa. e os demais Vereadores e Vereadoras. Aline, parabéns pela explanação. Uma pergunta, Aline: em relação aos contratos de locação, computadores, impressoras e equipamentos. Queria saber se, de repente, tem algum estudo de impacto financeiro; se tem, de repente, alguma vantagem em adquirir esses utensílios, máquinas do que locar? Haja vista que a depreciação é de dez anos, diz a técnica contábil. Queria saber se, de repente, teria alguma contestação ou se tem algum estudo de análise para ver esse impacto financeiro. Seria isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Pelo sistema não temos nenhum outro Vereador inscrito. Vou pedir a devolutiva da Sra. Aline, e, na sequência, abriremos, e peço à Vereadora Indiara, se temos algum inscrito via sistema e as redes sociais. Ok? Com a palavra, a Sra. Aline.

A SRA. ALINE BOGO:- Agradeço as perguntas da Vereadora Professora Josete e do Vereador João. Agradeço também à Vereadora Professora Josete, sempre muito participativa nas audiências, sempre me deu muito apoio também. Eu gosto muito de trabalhar na Câmara, porque sempre sou muito bem tratada também pelos Vereadores. Então, existe uma relação muito boa com os Vereadores. Em relação à

questão dos recursos destinados aos Vereadores, que foi a pergunta da Vereadora Professora Josete, primeiramente só gostaria de destacar que estamos empenhados e trabalhando em um sistema de custos onde pretendemos deixar isso mais transparente no nosso portal. Estamos tendo algumas dificuldades com fornecedor, estamos buscando uma solução desse sistema de custos para que possamos, de forma bem transparente, visualizar no portal mesmo detalhadamente, não só de cada gabinete, mas de cada Diretoria da Câmara, de uma forma mais detalhada. Não temos, então, diferente da Assembleia, diferente até de outras Câmara, - a Câmara de São Paulo, por exemplo, tem o valor de gastos por gabinete - não temos nenhum gasto com cartão corporativo, verba de ressarcimento. Na verdade, o Vereador só recebe subsídio em valor e ele tem algumas estruturas que colocamos à disposição como computadores que são locados, que são colocados lógico nos gabinetes, não só para os gabinetes mas para todos os servidores, todas as diretorias, para que tenham condição de trabalhar, impressoras. E aí tem os veículos. Cada gabinete tem direito ao uso de um veículo. Fizemos agora, recentemente, a supressão de alguns veículos do contrato. Então, são veículos, são duzentos litros de combustível por mês e um valor que pode ser gasto, que é um contrato com os Correios, com serviço de postagem. Então, é em torno de dois mil por mês que cada Vereador pode gastar com esse contrato, em relação aos Correios. E também tem o material de almoxarifado que é colocado à disposição não só dos Vereadores, mas de todos os servidores, que pode ser retirado no Almoxarifado. Lá fica registrado quanto cada Vereador, cada servidor retirou. Em relação à pergunta do Vereador João a respeito da locação de computadores e impressoras, quero falar, Vereador, que antigamente eles eram próprios. Tínhamos impressoras próprias e tínhamos computadores próprios. E justamente foi feito um estudo no sentido de mudar esses contratos, porque acabávamos ficando com equipamentos muito ultrapassados. Nessa área de tecnologia já se estuda que a depreciação é de cinco anos. Em cinco anos computador e impressora já ficam ultrapassados, que a depreciação seja total em cinco anos. Então, foi feito um estudo justamente no sentido de mudar esses contratos. Primeiramente foram feitos com as impressoras. Tínhamos gastos muito em peças, tinha que manter um pessoal para trocar as peças, para comprar peças para as impressoras. Então, tínhamos um contrato de manutenção de impressora, tínhamos que comprar as impressoras e manter um contrato de manutenção do toner. Então, foi feito um estudo justamente disso que era vantagem, que é um caminho que todas as empresas estão adotando, que é a locação das impressoras. E também fizemos isso agora com os computadores. Foi em 2019 que fizemos esse estudo. Então, todos os computadores foram devolvidos ao Município e estamos locando os computadores. Enfim, substituímos máquinas que tinham mais de dez anos por máquinas de ponta. E foi muito bom. Fizemos isso na hora certa, porque com essa pandemia agora vimos como é importante. As pessoas estão trabalhando em casa, a Câmara pode disponibilizar para alguns servidores um notebook para trabalhar. Então, está sendo bem importante esse avanço na tecnologia que nós tivemos. É nesse momento que estamos usando muito a tecnologia. Estamos também passando todos os nossos processos para forma digital. Espero ter sanado as dúvidas do Vereador em relação a esses contratos. Agradeço. E me coloco à disposição, se houver mais perguntas.

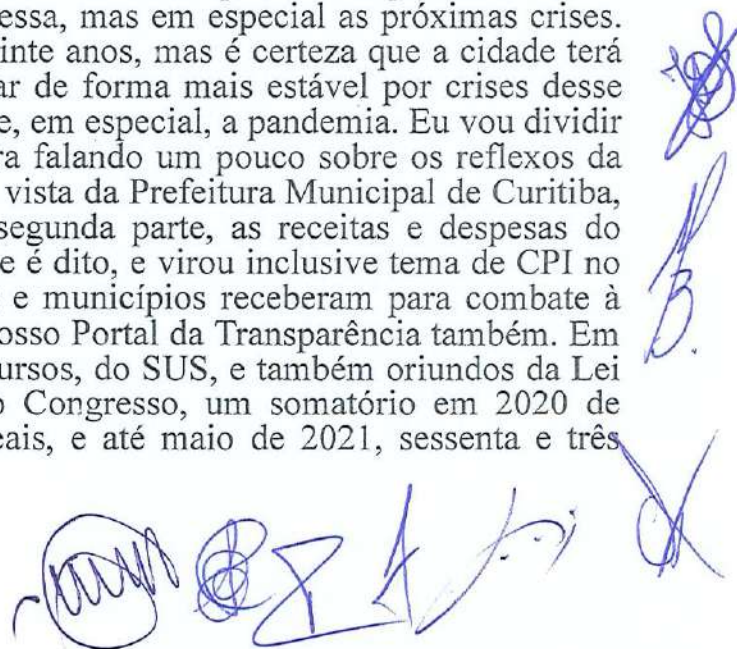
O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Sra. Aline. (16) Eu pergunto à Vereadora Indira Barbosa, Vice-Presidente desta Comissão, se nós temos questionamentos pelas redes sociais, via YouTube ou pelo e-mail das comissões.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Até o momento não. Não temos mais nenhum Vereador inscrito e nem questionamentos.

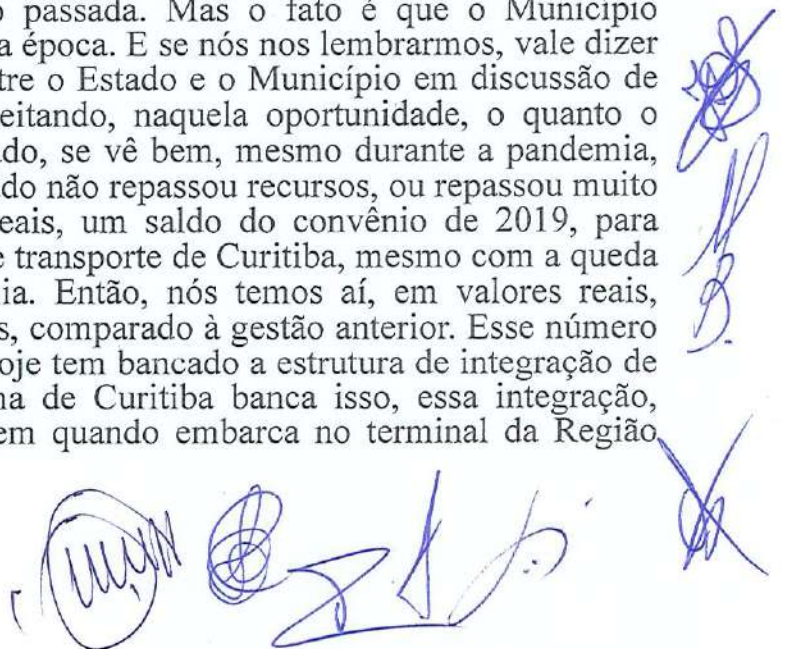
O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Não havendo mais questionamentos para a Sra. Aline, que prestou contas do quadrimestre desse Legislativo, de imediato agradeço e cumprimento a ela e toda equipe de servidores da Contabilidade e Finanças desta

Casa. A partir desse momento passo a palavra ao Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças, para que faça a sua explanação. Também faço uma saudação especial a todos os servidores que compõem a Secretaria de Finanças do Município de Curitiba. Nós concederemos quarenta minutos para a explanação do Secretário, e peço que a partir de agora os Vereadores que desejem fazer seus questionamentos e manifestações ao Secretário, que se inscrevam pelo sistema, sempre lembrando que os membros da Comissão de Economia farão por primeiro as perguntas e, na sequência, daremos três minutos para cada Vereador se manifestar. Muito obrigado, Aline. Com a palavra o Sr. Vitor Puppi.

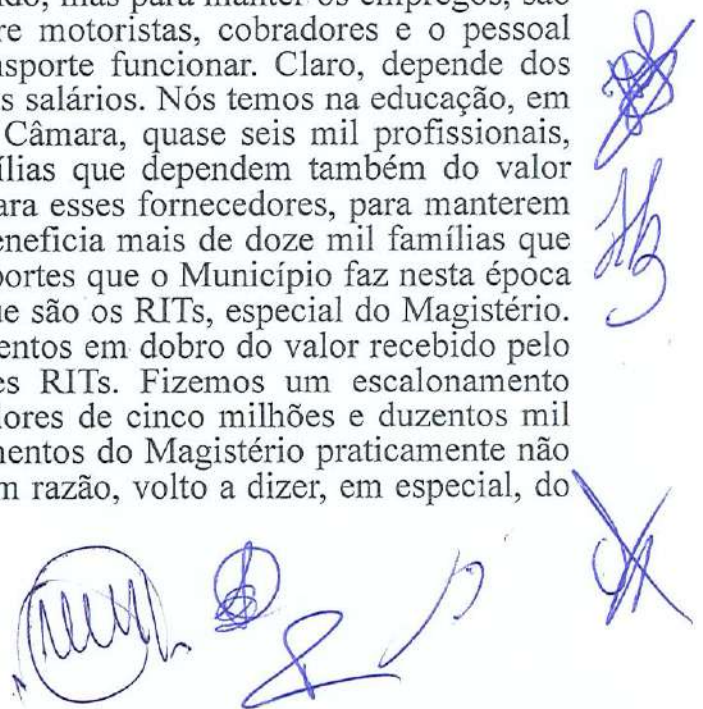
O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado. Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Vereador Tico Kuzma. Quero, em especial, cumprimentar V.Exa., Presidente da Comissão, Vereador Serginho do Posto, dizer o quanto estamos felizes pela sua recuperação. O Vereador Serginho do Posto foi Presidente da Câmara durante o Plano de Recuperação de Curitiba, que nos deu condições, já naquele momento e até hoje, mesmo durante a crise do ano passado, de manter a cidade funcionando, investindo, o que vou mostrar a seguir. Quero cumprimentar também a Diretora Aline, pelo trabalho. Eu já contei, Aline, estamos aqui já em quatorze participações nossas aqui na Câmara, e eu sempre presto atenção e a parabenizo pela sua apresentação e pelo trabalho desenvolvido. Cumprimentar todos os cidadãos que nos escutam, que nos assistem, os servidores da Câmara, os servidores da Prefeitura, em especial a equipe da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento, que nos acompanha aqui nessa Audiência Pública. Eu vou passar já para apresentação, e peço que me liberem aqui para compartilhar a minha tela. (Inicia a apresentação). Eu queria começar essa Audiência falando um pouco sobre um instrumento que Curitiba tem, que nós enviamos à Câmara em 2019, e que só Curitiba tem, dentre as grandes cidades. Na verdade, só Curitiba tem um instrumento desse tipo no Brasil, que é o Funrec. Existem outros municípios que foram agraciados com receitas de royalties praticamente infinitas, mas Curitiba tem um Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal com recursos orçamentários, um esforço fiscal, ou seja, com superávit, uma parte desse recurso serve justamente para situações em que a cidade tem queda de receita ou alguma catástrofe, uma situação como vivenciamos da pandemia, e que dão condições de manter a cidade funcionando e, mais do que isso, manter a cidade investindo, que é o caso de Curitiba. Então, é um fundo que nós temos, inédito. Em especial, é um instrumento de planejamento, porque nos dá condições de atender as demandas da sociedade, em especial a continuidade dos serviços públicos, a exemplo da saúde, com recursos que nós reservamos para momentos mais difíceis, com regras objetivas de utilização. É a lei que foi aprovada pela Câmara, no ano de 2020, protegendo os nossos serviços públicos. Ali no Saiba Mais temos um código que é possível abrir inclusive a minuta da lei. Mas, quero dizer, com muito orgulho do trabalho da Câmara, de ter aprovado esse instrumento, mesmo antes, nós vivemos, obviamente, sem saber da pandemia que aconteceria, mas nos deu condições de enfrentar, não essa, mas em especial as próximas crises. Isso é cíclico, pode demorar cinco, dez, vinte anos, mas é certeza que a cidade terá condições, lá no futuro, de também passar de forma mais estável por crises desse tipo. Então, eu queria falar um pouco sobre, em especial, a pandemia. Eu vou dividir a apresentação em duas etapas. A primeira falando um pouco sobre os reflexos da pandemia, o que nós fizemos do ponto de vista da Prefeitura Municipal de Curitiba, o Prefeito Rafael Greca, e também, na segunda parte, as receitas e despesas do quadrimestre de Curitiba. Algo que sempre é dito, e virou inclusive tema de CPI no Congresso Nacional, é quanto os estados e municípios receberam para combate à pandemia. Aí está o número que está no nosso Portal da Transparência também. Em 2020, Curitiba recebeu, entre todos os recursos, do SUS, e também oriundos da Lei Complementar 173, que foi aprovada no Congresso, um somatório em 2020 de quinhentos e setenta e um milhões de reais, e até maio de 2021, sessenta e três



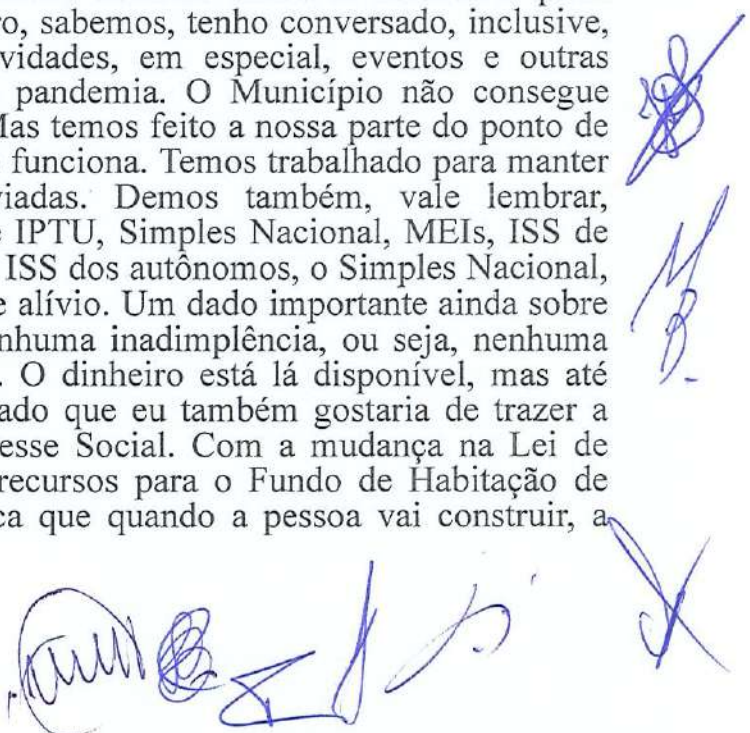
milhões de reais. Desse montante, apenas quatrocentos mil reais foram enviados pelo Estado do Paraná. Todo o restante foi enviado pela União. Isso, em especial em 2020, os recursos de 2021, é possível ver no gráfico, são bastante tímidos quando comparados a 2020. Então, foi isso que a Prefeitura de Curitiba recebeu, com transparência, esses números e os gastos estão no nosso Portal de Transparência. Fomos, inclusive, junto com todas as capitais do País, intimados a prestar informações ao Congresso Nacional, o faremos, sem medo, sem receio, porque recebemos os recursos e aplicamos justamente nas despesas decorrentes da Covid. Então, vamos ver quanto que Curitiba destinou de recursos próprios, e também o somatório dos recursos recebidos pela União para o combate à Covid. Aqui mostra o quanto nós gastamos. Recebemos, já considerando receitas próprias do Município, seiscentos e oitenta, ponto três milhões de reais, e gastamos no combate à pandemia, oitocentos e vinte e três milhões de reais. É possível verificar, portanto, que Curitiba obviamente compareceu com recursos próprios, do seu orçamento, para fazer frente a essas despesas. E quais foram essas despesas? São das mais variadas espécies. Vou citar três, para dar um exemplo. A primeira, obviamente, é a saúde. Nós suplementamos, como sempre temos feito nesses anos, a saúde de Curitiba, em especial para o enfrentamento à pandemia. Gastamos também, vou mostrar adiante, com o transporte público da cidade, para manter o sistema de transporte funcionando, em razão do regime emergencial que foi aprovado pela Câmara Municipal, no ano passado. Gastamos também com a manutenção dos contratos. Vale lembrar que a Câmara aprovou, em 2020, a Lei 15.634, que possibilitou ou, se não, determinou ao Município que efetuasse os pagamentos dos contratos dos prestadores de serviços ao Município, desde que mantidos os empregos. Então, nós estamos pagando os contratos dos prestadores, mas mantendo os empregos de inúmeras atividades. Vou mostrar isso mais para frente. Mas, esse é o nosso total de despesas até o final de maio, esse gráfico não é só até abril, de quanto nós recebemos e de quanto nós gastamos com relação ao combate à pandemia. E o transporte coletivo, que é realmente uma despesa muito significativa do ponto de vista do Município, mas se fez necessário em razão, em especial, da queda no número de passageiros do transporte, que diminuiu por consequência a receita do sistema de transporte e, ao mesmo tempo, fez necessário um aporte maior do Município para manter o sistema funcionando. Inclusive, complemento, as medidas sanitárias. Mas, antes disso, eu queria lembrar, eu apresentei essa tela no ano passado, e gostaria de chamar atenção para esse número, o quanto o Município de Curitiba recebeu do Estado do Paraná nesta gestão que encerrou agora, comparado com a gestão anterior. Em números reais, ou seja, atualizados pela inflação, entre 2012 e 2016, o Município de Curitiba recebeu duzentos e três milhões de reais. Isso só para subsidiar o sistema de transporte público, sem pandemia, sem queda na arrecadação, mas sim com a integração, para manter a integração do transporte, que se manteve até 2015. Depois disso ela foi rompida pela gestão anterior, e retomada pelo Prefeito Rafael Greca, na gestão passada. Mas o fato é que o Município recebeu duzentos e três milhões, naquela época. E se nós nos lembrarmos, vale dizer que houve inclusive uma desavença entre o Estado e o Município em discussão de recursos. O Município acabou não aceitando, naquela oportunidade, o quanto o Estado ofereceu. Pois bem, aqui o Estado, se vê bem, mesmo durante a pandemia, mesmo no auge da crise de 2020, o Estado não repassou recursos, ou repassou muito pouco, em torno de dez milhões de reais, um saldo do convênio de 2019, para manutenção da integração do sistema de transporte de Curitiba, mesmo com a queda no número de passageiros na pandemia. Então, nós temos aí, em valores reais, sessenta e sete milhões de reais a menos, comparado à gestão anterior. Esse número é muito significativo, porque Curitiba hoje tem bancado a estrutura de integração de toda a Região Metropolitana, o sistema de Curitiba banca isso, essa integração, porque o passageiro paga uma passagem quando embarca no terminal da Região



Metropolitana, e depois circula com essa mesma passagem aqui em Curitiba, o que é desejável, do ponto de vista de mobilidade, mas obviamente tem um custo, e esse custo hoje é pago pelo Município de Curitiba, somado, obviamente, ao custo decorrente da queda no número de passageiros. Por essa razão o Município teve que aportar recursos. E aí pode-se dizer, "ora, mas o Estado repassou para outros convênios". Eu estive várias vezes na Câmara, inclusive presencialmente, e pude ter a oportunidade de explicar que as obras, inclusive obras de recape, revitalização do piso do asfalto das ruas da cidade foram, em boa parte, bancadas com recursos próprios. Está aí, o Município recebeu, entre 2013 e 2016, em torno de setenta e quatro milhões de reais de outros convênios, mais ou menos a mesma quantia recebida entre 2017 e 2020, setenta e nove milhões de reais. Os demais convênios são para obras e outras funções, justamente do ponto de vista de investimento. Então, aí a nossa queda do ponto de vista, em especial, da integração do sistema de transporte coletivo. Quanto que o Município aportou até esse quadrimestre de 2021, até o final do mês de abril. Em 2020 o Município aportou cento e noventa e um milhões de reais para manter o sistema de transporte funcionando. É claro que se percebe, se nós compararmos com os anos anteriores, que o aporte chegou a ser zero, em especial 2017, quando a crise financeira do Município de Curitiba era terrível, nós vivíamos um momento muito complicado, mas esse número subiu, em especial em razão da pandemia. Mas, quero dizer também a V.Exas. que isso não é uma exclusividade de Curitiba, inúmeras cidades do País têm sofrido esse mesmo cenário, eu diria até do mundo. Temos visto, inclusive, Nova Iorque, ^(v) Los Angeles, dependendo de subsídios bilionários do Governo Federal para manterem seus sistemas de metrô funcionando. Salvador, por exemplo, uma concessionária devolveu a concessão e a cidade é que está operando. Conversei com o Prefeito Bruno Reis, e ele me disse que a cidade agora tem que ter oficina mecânica, tem que ter gente para fazer retífica de motores, pneu, enfim, é uma operação muito difícil, mas é um cenário nacional. Até em razão disso, compartilho com V. Exas., a intervenção que fizemos junto à Frente Nacional de Prefeitos, eu presido a Abrasf, a associação brasileira de todos os secretários de Fazenda e Finanças das capitais do País, para que o Governo Federal de alguma forma também auxilie essa questão em todos os municípios que têm um sistema de transporte mais robusto. Hoje a proposta que existe é uma proposta que a gratuidade, em especial a dos idosos, seja de alguma forma subvencionada pelo Governo Federal, até porque é uma lei federal, então nada mais justo que, pelo menos, neste momento, esse dinheiro venha também para os municípios. Mas, enquanto não vem, Curitiba tem aportado uma quantidade muito significativa de recursos no sistema de transporte. O que fizemos do ponto de vista das ações da Prefeitura durante a pandemia. A primeira questão que precisamos lembrar é a manutenção de empregos. O subsídio do transporte não serve apenas para manter o sistema funcionando, mas para manter os empregos, são seis mil, setecentas e dezesseis pessoas entre motoristas, cobradores e o pessoal administrativo, que fazem o sistema de transporte funcionar. Claro, depende dos subsídios da Prefeitura para receberem os seus salários. Nós temos na educação, em razão da Lei 15.634, que foi aprovada pela Câmara, quase seis mil profissionais, como, cozinheiros, serventes, inúmeras famílias que dependem também do valor que a Prefeitura paga para esses parceiros, para esses fornecedores, para manterem os empregos. Então, todo esse mecanismo beneficia mais de doze mil famílias que têm seus empregos mantidos em razão dos aportes que o Município faz nesta época de pandemia. Trouxe um número também, que são os RITs, especial do Magistério. Os RITs, como V.Exas. sabem, são os pagamentos em dobro do valor recebido pelo professor. Mantivemos a maior parte desses RITs. Fizemos um escalonamento pequeno do ponto de vista dos RITs, são valores de cinco milhões e duzentos mil reais ao mês, que também mantêm os vencimentos do Magistério praticamente não modificados durante a pandemia. Isso tudo em razão, volto a dizer, em especial, do



fundo, da possibilidade de o Município aportar recursos neste momento. Neste momento de crise o Município tem que, realmente, aportar, é para isso que serve a questão das reservas financeiras, para que o Município continue prestando serviços e, se possível, como tem feito, mantendo os empregos e dando condições das pessoas continuarem trabalhando. Aqui mais alguns dados que temos, mantivemos diversos serviços, abrimos outros, os hotéis sociais, por exemplo, um recurso que começou com uma receita vinda da União. É importante explicar isso também a V.Exas., com os recursos da União contratamos muitos serviços, em especial os hotéis, que são um bom exemplo, e tivemos que continuar o pagamento desses serviços com recursos próprios do Município, por quê? Porque o recurso da União veio de uma vez só, ele não é mantido. Então tivemos realmente, em especial, na assistência social, um aporte da União, mas temos mantido essas estruturas funcionando com recursos próprios do Município. Então, as unidades da FAS, o Mesa Solidária, que já serviu duzentas e oitenta e quatro mil refeições desde 2019, o Programa Hortas Urbanas, enfim, iniciativas que temos lançado mão nesta época de pandemia. Outra questão que também é bastante sensível é a distribuição de cestas básicas aos alunos da Rede Municipal. Entregamos em torno de cento e quinze mil, em média, de cestas básicas por mês. Então, desde maio de 2020 já entregamos quase um milhão e trezentas mil cestas básicas para todas as famílias que têm alunos na Rede Municipal de Curitiba. Isso custa dinheiro e o Município tem mantido isso rigorosamente em dia, entregando, por determinação do Prefeito Rafael Greca, essas cestas. Outra política que lançamos foram os vouchers para compra nos Armazéns da Família. Então, damos setenta reais de vouchers para as famílias necessitadas. Já distribuimos cinquenta e um mil vouchers de setenta reais, só em abril e maio deste ano. É uma quantidade muito expressiva de vouchers, totalizando em torno de três milhões e setecentos mil reais, distribuídos para quem realmente precisa neste momento. Esse voucher, a pessoa pode credenciar junto à FAS, enfim, ou estar no CadÚnico do Governo Federal, para ter acesso a esse benefício imediatamente. Já damos esse valor para a pessoa adquirir mercadorias no Armazém da Família. Outra questão importante também, aprovada na Câmara Municipal o ano passado, foi o Fundo de Aval, que já aprovou cento e vinte e nove cartas, desde o início, acessando quase sete milhões de reais em créditos a microempresas, empresas de pequeno porte, MEIs, produtores de agricultura familiar, que têm a possibilidade de, com o Fundo, apresentarem às instituições financeiras a garantia bancada pela Prefeitura de Curitiba. Então, sabemos que o acesso ao crédito depende sempre de garantia, e o Fundo de Aval serve justamente para isso. É uma iniciativa em parceria com a Agência Curitiba que coordena essa operação. Disponibilizamos dez milhões de reais, alavancados a cem milhões de reais, então temos ainda um bom espaço para concedermos aval. Uma forma que a Prefeitura também achou de auxiliar a quem precisa continuar as suas atividades. É claro, sabemos, tenho conversado, inclusive, com alguns Vereadores, que existem atividades, em especial, eventos e outras atividades que sofreram muito durante a pandemia. O Município não consegue ajudar integralmente todas as atividades. Mas temos feito a nossa parte do ponto de vista operacional, do ponto de vista do que funciona. Temos trabalhado para manter essas atividades de alguma forma aliviadas. Demos também, vale lembrar, prorrogações de prazos no ano passado de IPTU, Simples Nacional, MEIs, ISS de autônomos. Este ano também renovamos o ISS dos autônomos, o Simples Nacional, de forma a concedermos alguma espécie de alívio. Um dado importante ainda sobre o Fundo de Aval é que não tem ainda nenhuma inadimplência, ou seja, nenhuma garantia ainda foi acionada do Município. O dinheiro está lá disponível, mas até agora não precisou ser acionado. Outro dado que eu também gostaria de trazer a V.Exas. é o Fundo de Habitação de Interesse Social. Com a mudança na Lei de Zoneamento de Curitiba, os volumes de recursos para o Fundo de Habitação de Interesse Social aumentaram. Isso significa que quando a pessoa vai construir, a



construtora tem que pagar essa outorga para subir alguns andares a mais, aproveitar mais seu coeficiente de construção, uma grande parte desses recursos já vai para esse Fundo de Habitação de Interesse Social. É uma forma de subsidiar a política pública de investimentos em habitação de interesse social, fora os programas que já são obviamente manejados pela Cohab. Então, começou agora, só neste ano temos uma expectativa de chegarmos em torno de seis milhões de reais. Já recebemos três milhões de reais, devemos superar essa expectativa, em 2022 oito milhões de reais, o que representa mais ou menos cento e quarenta e cinco novas casas pela Cohab. É bastante quando somados aos programas que já são manejados pela Companhia de Habitação. Em especial, e aqui já encerro esta primeira parte, acho que este é o dado mais importante que temos, e que mostra a importância de mantermos o equilíbrio fiscal e a saúde financeira do Município, o quanto nossos investimentos têm crescido mesmo durante a pandemia. Então, com recursos próprios, ou seja, sem as operações de créditos que temos engatilhadas ou as que já estamos carregando com a Caixa Econômica Federal, e as internacionais, como, o BID e a Agência Francesa, o Município conseguiu subir desde 2017 mais de 200% o volume de investimentos. Como que mantemos os investimentos. Também com esforço fiscal. Temos destinado os nossos recursos, uma parte de nossas reservas que não é utilizada para o enfrentamento da pandemia, para a ampliação e manutenção das obras na Cidade de Curitiba. Temos um pacote superior hoje, com a variação do dólar, a dois bilhões de reais nos próximos anos, e isso gera empregos e faz com que a Cidade funcione. Por isso que digo que o início de qualquer planejamento público, de qualquer política pública, é o equilíbrio fiscal. Não existe política pública planejada sem equilíbrio fiscal, porque do contrário só existe apagar incêndio. Era isso que o Município de Curitiba fazia até o início de 2017 quando, também não é segredo, tínhamos filas de credores na Secretaria de Finanças querendo receber por serviços prestados, com cinco, seis, sete meses de atraso. Isso não acontece mais em Curitiba. Somos 100% pontuais em todas as nossas obrigações e aumentamos, inclusive, os investimentos. Além disso, um dado importante, tenho recebido diversos pedidos e eu compreendo, no sentido de isenções para diversos setores, mas precisamos lembrar que já temos uma quantidade significativa de isenções. Esse é um dado que foi enviado junto à Lei Orçamentária de 2021. Temos um total de duzentos e quarenta e cinco milhões de benefícios fiscais concedidos, a maior parte para a manutenção, para a defesa, vamos dizer assim, das áreas verdes, de cento e onze milhões. E temos diversos outros itens. O abatimento da nota fiscal, o nosso programa do Nota Curitiba; doze milhões ao patrimônio histórico; incentivo ao esporte onze milhões e setecentos mil; também para a Cohab sete milhões; desconto de IPTU ou isenção para aposentados e pensionistas, hotéis têm descontos de IPTU em Curitiba, vale lembrar isso; também Mecenato; na parte do ISS um valor significativo do Tecnoparque, quase quarenta milhões de reais de benefícios fiscais; empresas que hoje pagam a alíquota mínima do imposto, de 2%, porque estão em Curitiba desenvolvendo as atividades correlatas ao Tecnoparque; a parte do mecenato; o ITBI, que também beneficia, em especial, boa parte das habitações de interesse social; e, finalmente, a taxa de coleta de lixo, cuja isenção também foi aprovada aqui na Câmara Municipal, para famílias em estado de vulnerabilidade, ou algum desconto também, dependendo da renda da família. Especialmente sobre a taxa de coleta de lixo, gostaria de lembrar que ela está congelada desde 2017. Às vezes esquecemos, sempre lembramos o que aumenta. Todo ano temos esta discussão sobre IPTU, mas a taxa de coleta de lixo tem o mesmo valor desde 2017. Não repassamos ao contribuinte, conseguimos não repassar ao contribuinte, em torno de 15% de aumento do IPCA, nesse período. Por que não fizemos reajustes. O que nos possibilitou não fazermos reajustes. Duas coisas, a primeira, obviamente, a gestão que a Secretaria do Meio Ambiente faz com relação ao contrato do lixo, um serviço que foi licitado, e depois também com



negociações anuais com as categorias, conseguimos manter os serviços num patamar relativamente estável. E a segunda questão, porque lá em 2017 no Plano de Recuperação de Curitiba, tornamos o serviço de lixo sustentável para a cidade. Para se ter uma ideia, em janeiro de 2017 a última parcela do serviço de lixo para a empresa Cavo, que havia sido paga, era de junho de 2016. Ou seja, tínhamos aí seis meses de atraso no então maior contrato da Prefeitura de Curitiba naquela oportunidade. E hoje o contrato está em dia e nós conseguimos, ainda assim, não aumentar a tarifa, mantemos os valores no mesmo patamar desde 2017. Então, os valores são: duzentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos para o residencial; e o não residencial, o comercial, quatrocentos e setenta e um reais, o que dá setenta e cinco centavos por dia, e um real e vinte e nove centavos no comercial. São os nossos valores. Agora, um dado que também é importante trazer à Câmara, qual foi o resultado do Refic, do parcelamento, do programa de descontos que foi aprovado pela Câmara Municipal ao final do ano passado. Eu confesso a V.Exas., e sempre disse isso, que não sou particularmente favorável a programas desse tipo. De certa forma, eles desestimulam o contribuinte que paga as suas obrigações em dia a continuar com a sua adimplência. Mas, no momento da pandemia, é claro, tudo isso foi relativizado. Um momento muito diferente. Eu até assisti a uma Sessão da Câmara, que até a Vereadora Professora Josete, me parece, compartilhou da mesma opinião. Durante a pandemia nós realmente tivemos que lançar mão do Refic e deu um resultado bastante significativo para o Município, o somatório deste e de todos os outros programas de parcelamento que o Município tem lá dos outros anos, arrecadaram em torno de cento e quarenta e cinco milhões de reais em 2021. Um volume bastante significativo do ponto de vista da arrecadação do Município. Mas vamos falar da arrecadação um pouco mais para frente. Já passando agora para a nossa arrecadação, para as nossas receitas próprias do Município, eu queria começar destacando um dado que nos permite ter também uma condição diferenciada do ponto de vista fiscal. Nós temos, com o trabalho da Secretaria de Finanças, em especial dos auditores fiscais aqui representados pelo superintendente Francisco Inocêncio, que acompanha a nossa audiência, pelo diretor Andriano Manzepe, pelo diretor Sérgio Primo, Curitiba só está atrás, obviamente, de São Paulo e Rio, mas próximo ao Rio de Janeiro do ponto de vista de autonomia financeira. Isso significa que nós temos uma arrecadação própria dos nossos tributos, quando comparado com a nossa receita total, bastante significativo. ISS, IPTU, ITBI nos tornam aí, obviamente, não autossuficientes, mas muito mais autônomos do que outros municípios, mesmo do que outras capitais no Brasil. E é por isso que eu também gostaria de aproveitar esse momento para chamar um pouco a atenção para a reforma tributária. Toda a sociedade quer a reforma tributária. A reforma tributária precisa ser entregue de forma rápida ao contribuinte para facilitar a vida do contribuinte. Mas, temos que cuidar com os interesses que existem para desestabilizar os municípios, em especial a do ponto de vista do ISS. Hoje o ISS é uma receita fundamental para a manutenção das cidades. São as cidades que respondem a momentos de crises, como por exemplo, a pandemia. Quem está atendendo a população é a cidade, não é a União, não é o Estado. Porque é a cidade na ponta quem fornece o atendimento. Então, precisamos sempre fortalecer as cidades. Chamo a atenção de V.Exas., como líderes do processo legislativo, dentro dos seus partidos, para que com a reforma tributária não corramos o risco de prejudicar os municípios que não precisam ser prejudicados porque não são os vilões da história. Hoje o principal erro em nosso país do ponto de vista tributário é o ICMS, um tributo extremamente complicado, com vinte e sete legislações diferentes. E o PIS/COFINS, do Governo Federal, que corresponde a quase 80% de cinco trilhões e quinhentos bilhões de reais de contencioso. O ISS não é problemático, pode ser melhorado, é claro, mas ele sustenta os municípios. Passado isso, como foram as nossas receitas no quadrimestre. Antes de chegar nos dados, eu



também queria fazer um alerta para que esse cenário das receitas seja entendido como uma comparação, é o que sempre fazemos, comparamos o quadrimestre do ano corrente com o do ano anterior, fazemos isso desde 2017. Inclusive, se houver interesse, as apresentações estão lá, o histórico está lá. Geralmente são as mesmas telas, o que dá uma sensação de continuidade. Mas, estamos comparando o quadrimestre de 2020 já atingido pela pandemia, ou seja, um cenário um pouco mais deprimido, em especial do ponto de vista do ISS, com o cenário de agora que apresentou um crescimento, em especial quando comparado ao ano anterior. Mas, vamos mostrar isso com calma. Bom, tivemos um acréscimo de 0,72% nas receitas correntes, totalizando até agora três bilhões e duzentos milhões de reais. Receitas de capital também. Receitas de capital se destinam a investimentos. Então, por exemplo, operações de crédito que o Município faz, elas ingressam como receitas de capital porque se destinam a despesas de capital, e são também em especial investimentos que a Cidade faz. E as receitas intraorçamentárias e o nosso regime próprio de Previdência também subiram 3,64%. Então, tivemos um acréscimo nas receitas quando comparado ao quadrimestre anterior de 0,92%. E aí é o quanto temos ao lado, como previsão da nossa lei orçamentária e o quanto nós já arrecadamos até esse momento. Depois vamos chegar nas despesas. Aí um dado das ATTCs, que são os aplicativos de transporte, enfim, Uber, 99, acho que o Cabify não existe mais no Brasil, e outros aplicativos, temos aí quarenta e quatro meses de regulamentação, que nós regulamentamos essa atividade em 2017, salvo engano, arrecadamos até agora para os cofres públicos quase sessenta e dois milhões de reais, uma média de um milhão e quatrocentos mil reais por mês. Mas, apresentamos uma queda em razão da pandemia, de 33% na arrecadação em 2020. Porque as pessoas, obviamente, se mantiveram mais em casa e deixaram de utilizar esses serviços. Mas eles vêm aumentando ao longo dos últimos meses. O Nota Curitibana é um programa que deu muito certo no Município de Curitiba, já premiamos setenta e cinco mil cidadãos, seja com descontos no IPTU, ou prêmios, e vinte e quatro mil aproveitaram os descontos no carnê de IPTU. Premiamos aí trinta e uma entidades. Temos cento e sessenta e três mil pessoas inscritas no programa, é um número bastante significativo. Temos crescido do ponto de vista de inscrições. E cento e cinquenta e cinco mil empresas no Município de Curitiba que emitem nota fiscal. Vamos passar aí para uma novidade, uma evolução do programa em 2021. Vamos fazer dez sorteios em 2021, uma plataforma nova na internet. E também, conforme sugestão aqui da Câmara Municipal, de diversos Vereadores, aumentamos as entidades que podem ser premiadas: a associação de pais; ONGs de proteção animal; também os conselhos da Fundação de Assistência Social. Mudamos também as regras para o resgate dos créditos, eles podem ser resgatados via conta bancária; descontos de até 50% no IPTU, antes era 30; e também no cartão transporte da Urbs. Nós estamos estudando, inclusive, para incentivar o uso do transporte público, que exista um benefício ainda maior para aquele contribuinte que deseja transferir o seu crédito para a utilização no cartão de transporte da Urbs. Também outra novidade que eu gostaria de prestar contas à Câmara Municipal é a instalação do processo eletrônico no Município de Curitiba. Hoje praticamente 80% ou mais dos nossos serviços, do ponto de vista da tributação e do fornecimento de certidões, são eletrônicos. A pessoa não precisa ir até a Prefeitura, ou ir às ruas da cidadania para ser atendido. Para se ter um exemplo do que isso significa, até março de 2021 fazíamos manualmente quinze mil certidões que dependiam de intervenção humana. Automatizamos o processo e hoje só duzentas e trinta certidões precisam de alguma espécie de certidão. Isso antes demorava três dias e hoje o contribuinte consegue emitir essa certidão online na hora. Só 3,8% precisam de alguma intervenção. Bom, já passando agora um pouco aos números, eu gostaria de compartilhar aqui as receitas próprias do Município, aquilo que nos faz ter uma autonomia financeira mais destacada. Então, se percebe ali a linha mais em cima, é o imposto sobre

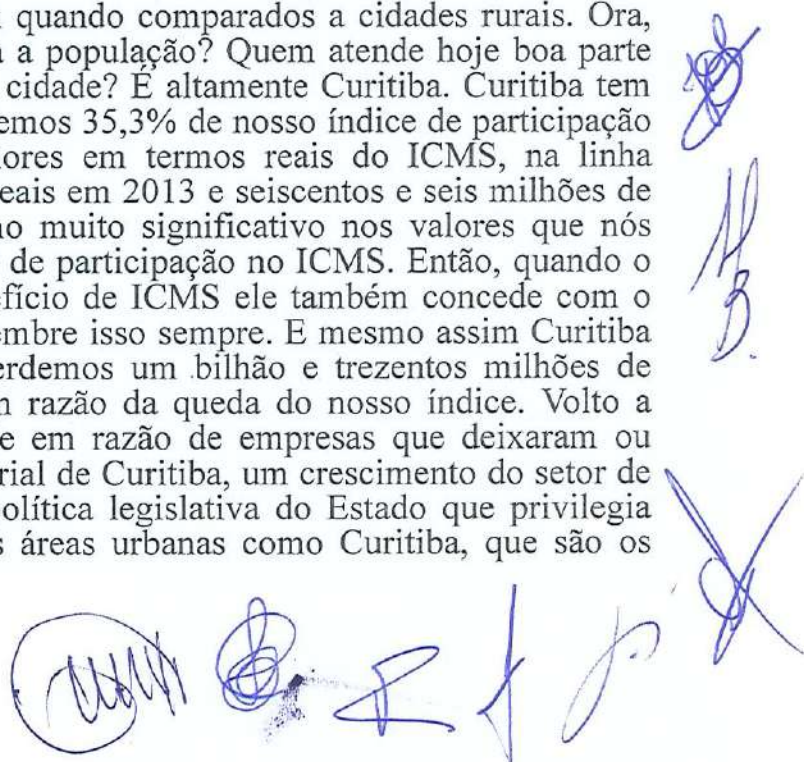
serviços, o ISS, ele caiu no ano de 2016, isso em valores reais. Nós trabalhamos bastante, entre 2017 e 2019, para recuperar o ISS na Cidade, e vínhamos numa boa crescente. Com a pandemia, em 2020, obviamente esse valor caiu, tivemos uma queda na arrecadação do ISS no ano passado. Mas, o ISS tem se recuperado, graças a Deus, nesse primeiro quadrimestre. Depois vou mostrar a arrecadação do ISS. A segunda linha é o IPTU. O IPTU teve uma modificação bastante significativa, uma decisão acertada em 2015, de recálculo da planta genérica do IPTU. Como que isso funcionou? O Município apresentou uma nova fórmula de cálculo da planta genérica e isso significa que os lotes, as inscrições imobiliárias foram reavaliadas. Mas, é claro, como os valores eram bastante díspares, se optou por fazer um gatilho compatível com o IPCA, mais 5%, 6%, 7%, dependendo do imóvel, a cada ano. Diferente de outras cidades. Por exemplo, o Rio de Janeiro, que recentemente fez também uma revisão na planta genérica, optou por fazer de um ano para o outro. E aí teve um acréscimo, às vezes, de 100%, 200%, até 300%, porque, às vezes, a pessoa morava num apartamento no Leblon, pagava quinhentos reais de IPTU, mas o valor correto, hipoteticamente, seria de três mil reais. Então, a prefeitura do Rio decidiu aumentar de uma vez só. Inclusive, essa decisão da Prefeitura foi questionada, mas mantida pelo Supremo Tribunal Federal. Em Curitiba não. Em Curitiba em 2015 se resolveu fazer esse escalonamento. Fizemos até esse ano de 2021. Mas esse ano a lei já expira. Nós não temos um escalonamento previsto, mas será obviamente em breve necessário rever a planta genérica de valores. É uma atualização constante e todos os municípios precisam fazer. E depois, na outra linha, o imposto de renda retido na fonte. O ITBI. Depois quero falar um pouco sobre o ITBI com mais calma, que tem apresentado um acréscimo muito significativo nesse ano. E a taxa de lixo que a arrecadação se manteve constante a partir de 2017, justamente porque não houve aumento, e justamente os impactos da pandemia. O ISS, quando comparado ao quadrimestre anterior, e aí existe um dado muito importante que é nesse número do ISS está junto o Refic, então, por que tivemos um aumento tão significativo assim? Por duas razões, a primeira porque estamos comparando com um quadro mais deprimido de 2020; e segunda, porque no primeiro quadrimestre nós tivemos o ingresso significativo de recursos do Refic. Então, um crescimento real de 20,5% no imposto sobre serviços. Então, percebe-se que houve aquela queda em 2017 que nós falamos do ISS, vínhamos aumentando o tributo até 2019. Com a pandemia, a arrecadação do ISS caiu, mas em 2021 ela já apresenta sinais de melhora. Mostro agora quais são os cinco segmentos que mais arrecadam, que tiveram maior acréscimo no ISS. O primeiro, o apoio técnico e jurídico e contábil. Apresentamos um crescimento de 16% comparado a 2020. Saúde e assistência médica, cresceu 10%. Cresceu também porque houve uma diminuição em 2020 muito significativa porque, claro, as clínicas, os hospitais tiveram dificuldades de prestar serviços, e ainda tem, na verdade, em razão da pandemia. Mas, mesmo assim, temos um acréscimo significativo nesse segmento. Construção civil e engenharia tem crescido. Isso se reflete também no ITBI, mais para frente. Informática e tecnologia, que é um setor que cresce muito em Curitiba. Hoje temos entre os nossos maiores contribuintes o setor de informática e tecnologia. E agenciamento e corretagem, que também subiu muito, em torno de 31%. Então, esses cinco setores são os maiores setores arrecadadores de Curitiba nesse primeiro quadrimestre de 2021. (A) Bom, quanto já arrecadamos quando comparados a nossa meta orçamentária. Em 2021 nós já arrecadamos 43% da nossa meta até dezembro. Para se ter uma ideia, em 2020, por isso que eu digo que existia um cenário mais deprimido, nós só havíamos arrecadado 31,74%. Nós tivemos em 2020 um decréscimo, as apresentações daquele ano confirmam isso, em especial, em abril, maio e junho, perdemos muito em abril, maio e junho e tivemos uma recuperação gradual depois disso. Então, muito melhor o cenário atual do que o do ano passado. O IPTU apresentou um crescimento muito significativo por duas



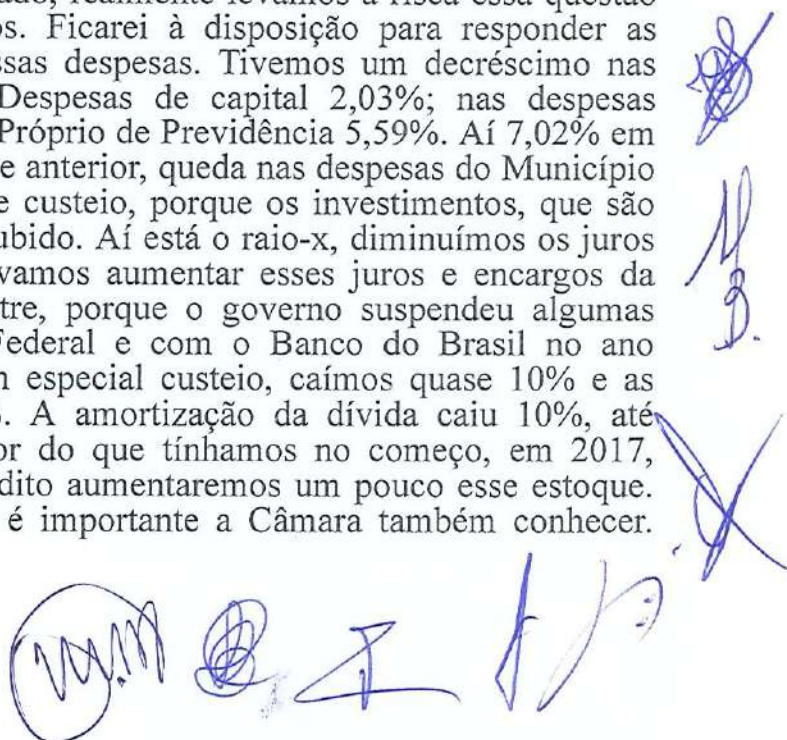
razões, a primeira em relação ao ano passado porque temos recursos do Refic que ingressaram, em segundo lugar porque o contribuinte pagou à vista, uma quantidade muito significativa e vamos mostrar isso. Então quando comparado ao primeiro quadrimestre de 2020 tivemos um crescimento real de 21,5% na arrecadação do IPTU. É claro, o IPTU não subiu 21,5% na ponta, o que aconteceu é que as pessoas pagaram antecipadamente o IPTU, o que mostra até uma certa liquidez do ponto de vista econômico, e também em razão do Refic que ingressou nos cofres públicos. Então, se percebe uma evolução de IPTU no primeiro quadrimestre muito significativa neste ano de 2021, quando comparado aos outros anos. Vale lembrar que em 2020, mesmo com a pandemia, tivemos crescimento, porque o IPTU daquele exercício como sempre venceu em fevereiro, ainda se acreditava, se desconfiava se o vírus chegaria ainda no Brasil. Aí temos todo esse período para contar. E em 2021 com um crescimento bastante exponencial, é o nosso maior volume de pagamentos à vista em seis anos, 42,5%, um volume bastante significativo de contribuintes que optaram por pagar à vista o IPTU. Então, já arrecadamos uma quantia maior que em 2020, 65% da nossa meta orçamentaria até o final do exercício. Com relação ao ITBI, o cenário é ainda mais expressivo, mas aí não tem a ver com o Refic, embora exista uma quantia muito pequena de pessoas que foram autuadas por não pagarem o ITBI, em especial, em decorrência de incorporações do capital social que depois houve alguma autuação, o que temos é realmente um aquecimento significativo do mercado imobiliário, seja em razão da taxa de juros no País que diminuiu muito e que propiciou financiamentos bancários às pessoas, seja em razão realmente da liquidez do mercado e a pessoa resolveu, também com as taxas de juros baixas, tirar o dinheiro da poupança e comprar imóveis, enfim, o fato é que houve uma movimentação muito significativa, nós temos um acréscimo real de quase 70% quando comparado ao exercício anterior. (slides) Então aí uma notícia que mesmo na pandemia o mercado imobiliário cresce em Curitiba, uma notícia da Ademi-Pr, que mostra que a construção subiu em torno de 30% de novos empreendimentos. Torçamos para que continue assim, isso gera empregos, gera arrecadação e faz com que a cidade cresça. Então, ITBI é uma receita importante para Curitiba. E vale dizer sobre ITBI, um dado importante, em 2017 no plano de recuperação nós mudamos a sistemática da cobrança do ITBI, nós nos adaptamos a uma lei federal que determinava que se fizesse isso e passamos a cobrar o ITBI na lavratura da escritura pública e não no registro, no Cartório de Registro de Imóveis. Com isso nós eliminamos uma quantia significativa de contratos de gaveta e tornamos a arrecadação mais fluída. Por isso esse crescimento que tivemos entre 2017 e 2018. Depois em razão da retração mesmo da atividade, 2019 e 2020 perdemos um espaço de ITBI, até porque tínhamos um estoque que as pessoas recolheram em 2017 e 2018, mas aí um dado muito significativo em 2021 que mostra realmente um aspecto significativo não só da economia local, mas da economia brasileira. Se formos olhar outros municípios, em especial, aqueles que dependem da atividade imobiliária ou que tem uma atividade imobiliária bastante aquecida, nós vamos ver os mesmos resultados, acréscimos também significativos. Então, nós já arrecadamos, a nossa meta até este ano já arrecadamos quase metade do ITBI que nós prevíamos nesse exercício. Então, uma condição bastante favorável...

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, vou pedir escusas, se o senhor tiver como acelerar essa explanação, só para que tenhamos no tempo da audiência uma participação maior dos Vereadores. Então, peço a Vossa Senhoria, se puder, alguns comentários que possa fazer no complemento das devolutivas, apesar de que a forma como o senhor vem colocando é didática, é muito transparente e esclarecedora, também é importante dizer isso. Mas se puder dar celeridade só para que o processo de participação dos Vereadores não ultrapasse o tempo. Muito obrigado.

O SR. VITOR PUPPI:- Pois não, Presidente, quero dizer também que estou à disposição, inclusive, depois, se V. Exa. entender necessário a prorrogação estou a inteira disposição da Câmara para continuar esta prestação de contas, mas vamos acelerar um pouquinho aqui. (slides) Então, aqui só a pirâmide dos nossos tributos, nós temos no primeiro quadrimestre o IPTU arrecadando mais do que o ISS, claro que isso vai se inverter no decorrer do exercício, e os aumentos conforme mostrei para frente. Então, um crescimento total real de 20,79% quando comparado com o exercício anterior. E passamos as transferências. Aqui eu realmente gostaria de falar sobre um dado muito importante para Curitiba, o ICMS. Bom, aqui temos as transferências que o Município recebe, ou seja, a arrecadação que não é própria, por assim dizer, em especial aquela linha que repica em 2020 ao SUS. Então, mostra o acréscimo de recursos do Governo Federal em 2020, depois temos o IPVA com uma certa queda neste ano e o ICMS, o nosso ICMS destinado à Cidade de Curitiba que vem caindo e vem caindo muito, vou mostrar isso com um pouquinho mais de calma para frente. Então, o SUS neste quadrimestre tivemos um decréscimo de quase 20%. Por que tivemos um decréscimo. O Governo Federal no ano passado injetou mais recursos no SUS para atendimento à pandemia. E, vejam, nos meses de março a abril. Este valor vai cair ainda mais se o Governo Federal não repassar mais recursos à Saúde no segundo quadrimestre. O IPVA também tivemos uma variação negativa de 13,24%, possivelmente em razão das postergações que o Governo do Estado fez; o Fundeb cresceu 6,23%; o ICMS quando comparado ao quadrimestre anterior cresceu 3,69%; e o Fundo de Participação dos Municípios 12%, quando comparado ao ano passado; o FNDE que em recurso de arrecadação caiu 3,45%; outras transferências correntes, vinte e um milhões de reais, um acréscimo de 15%; transferências de capital, ou seja, recursos que a cidade recebe da União ou do Estado para fazer obras ou pagar obras, um decréscimo bastante significativo e convênios de capital também para fazer obras por meio de convênios ou de instrumentos, um valor pequeno. Então, notem que os investimentos da cidade aumentam, em especial, em razão da receita própria do Município. (slides) E aqui um gráfico que eu chamo muito a atenção, Presidente Serginho e membros da Comissão de Finanças, é muito preocupante a situação que Curitiba vive em relação ao ICMS. Curitiba tem perdido a cada ano participação no ICMS do Estado. Vale explicar um pouco neste momento como é dividido o ICMS, 75% por regra constitucional depende do valor adicionado, ou seja, o quanto entra numa indústria, por exemplo, e o quanto sai. É claro que Curitiba perdeu algumas indústrias, eu sempre cito o exemplo da Ambev, o que propicia uma queda nesse índice, mas 25% desse índice é definido por lei estadual e a lei estadual do Estado do Paraná privilegia a população ou territórios rurais. Então, cidades grandes como Curitiba, mesmo Londrina, por exemplo, perdem quando comparados a cidades rurais. Ora, mas quem presta serviços públicos para a população? Quem atende hoje boa parte da Região Metropolitana aqui na nossa cidade? É altamente Curitiba. Curitiba tem recebido cada vez menos recursos, perdemos 35,3% de nosso índice de participação entre 2013 e 2021. (slides) Aí os valores em termos reais do ICMS, na linha amarela, novecentos e sete milhões de reais em 2013 e seiscentos e seis milhões de reais em 2021. Ou seja, um decréscimo muito significativo nos valores que nós recebemos do Estado do Paraná a título de participação no ICMS. Então, quando o Estado, por exemplo, concede um benefício de ICMS ele também concede com o chapéu dos municípios, é bom que se lembre disso sempre. E mesmo assim Curitiba além disso tem perdido. Então, nós perdemos um bilhão e trezentos milhões de reais. Ou seja, deixamos de receber em razão da queda do nosso índice. Volto a dizer, uma parte dessa queda realmente em razão de empresas que deixaram ou mesmo da mudança do cenário empresarial de Curitiba, um crescimento do setor de serviços, mas boa parte em razão da política legislativa do Estado que privilegia áreas rurais, em detrimento de grandes áreas urbanas como Curitiba, que são os



grandes prestadores de serviço público. Essa lógica precisa mudar e até me coloco à disposição da Câmara, se assim entenderem, para auxiliar no que for possível, algum movimento nesse sentido, até mesmo porque o Estado do Paraná continua lançando de mecanismos que prejudicam a Cidade de Curitiba. Em 2015 o Estado do Paraná criou um Fundo de Combate à Pobreza, este Fundo é abastecido com uma parte do ICMS de bens supérfluos que ao invés de serem distribuídos para os municípios e também para os poderes estaduais, eles vão para o Fundo de Combate à Pobreza. Significou que deixamos de receber só em Curitiba desde 2015 cinquenta e um milhões de reais, em razão desse Fundo de Combate à Pobreza criado pelo Governo do Estado do Paraná. Se somarmos todos os municípios no Estado do Paraná, quatrocentos e setenta e cinco milhões, só que isso piorou, piorou porque este ano foi aprovado pela Assembleia Legislativa, francamente, uma lei que ultrapassa o bom senso, o Estado sob o pretexto de financiar empresas do Simples ou pequenas empresas aprovou uma lei que retira uma parte da alíquota do ICMS de setores que mais arrecadam, então, não são mais os supérfluos, estamos falando em energia, comunicações e veículos. Então, um percentual desse valor vai abastecer o Fundo de Combate à Pobreza e vai deixar de ser repassado aos municípios. Em um ano vamos perder em torno de três milhões e quatrocentos mil reais com essa lei aprovada em 2021. Então, Sr. Presidente, me parece também que a Câmara pode fazer um esforço junto aos nossos representantes na Assembleia Legislativa para que situações como esta não ocorram. Nós precisamos ter a segurança de que Curitiba receba uma quantidade de recursos proporcional ao serviço que presta. Não é porque nós fazemos a nossa lição de Casa com uma arrecadação própria que devemos ser penalizados com leis como esta que retiram recursos do Município. Bom, agora vamos à despesa. Eu vou tentar seguir a ordem do Presidente e passar mais rápido, mas queria dizer que nós temos hoje em Curitiba a Capital com o maior planejamento do País do ponto de vista financeiro. (slides) Este é um gráfico da Secretaria do Tesouro Nacional, o menor é o melhor. Então, Curitiba com 0.1% é melhor. O que é esse gráfico, ele mostra o quanto Curitiba não rola de dívida, é um gráfico que se chama Despesa de Exercícios Anteriores Dividido pela Despesa Total. Então, Curitiba tem a melhor posição. Eu vou mostrar por quê. A linha vermelha significa o quanto o Município de Curitiba utilizava de recursos do orçamento vigente para pagar dívidas do exercício anterior. Este valor desde 2014 vinha crescendo muito, chegaria, se não fosse o plano de recuperação, a quinhentos milhões de reais. Ou seja, Curitiba usaria em 2017 quinhentos milhões de reais (R\$) para pagar rolagem dos exercícios anteriores. Nós, com o Plano de Recuperação e com a novação, não só diminuimos como mantivemos os valores baixos. Volto a dizer, temos do ponto de vista de planejamento financeiro, o melhor índice do País e por isso que o nosso orçamento é ajustado, realmente levamos à risca essa questão do orçamento e do controle de gastos. Ficarei à disposição para responder as perguntas ao final. Vamos para as nossas despesas. Tivemos um decréscimo nas nossas despesas correntes de 7,3%. Despesas de capital 2,03%; nas despesas intraorçamentárias, ou seja, do Regime Próprio de Previdência 5,59%. Aí 7,02% em termos reais, em relação ao quadrimestre anterior, queda nas despesas do Município de Curitiba, em especial as despesas de custeio, porque os investimentos, que são despesas também, como mostrei, têm subido. Aí está o raio-x, diminuimos os juros e encargos da dívida. Já adianto que vamos aumentar esses juros e encargos da dívida a partir do próximo quadrimestre, porque o governo suspendeu algumas prestações com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil no ano passado. Outras despesas correntes, em especial custeio, caímos quase 10% e as despesas de pessoal caíram quase 5%. A amortização da dívida caiu 10%, até porque temos um estoque muito menor do que tínhamos no começo, em 2017, embora agora com as operações de crédito aumentaremos um pouco esse estoque. Vou mostrar depois o cenário, porque é importante a Câmara também conhecer.



Inversões financeiras são os aumentos de capital das nossas empresas Cohab e Urbs: quatro milhões e meio. Subimos 20% e os investimentos que vem crescendo na cidade, como mostrei, subimos 3%. Aqui um cenário das despesas de Saúde. Percebam que do ponto de vista de planejamento financeiro lá em 2016 a Saúde começava com um orçamento ínfimo, para não dizer outra coisa, de vinte milhões de reais, recursos próprios do Município e gastava ao final cento e setenta e cinco milhões de reais e esse era um descontrole que havia do ponto de vista da Saúde. Fomos chegando mais perto, é claro que ainda não conseguimos acertar na tampa os recursos da Saúde, em especial em 2020 e 2021 em razão da pandemia. Prevemos que poderemos colocar em torno de cento e setenta milhões de reais. Contamos e a Secretária Márcia Huçulak sabe disso, que a União também ajude mais este ano para que diminuamos os nossos aportes, mas se for necessário Curitiba não deixará faltar e fará frente às despesas da Saúde. Com relação as nossas metas e limites, o nosso resultado primário no primeiro quadrimestre foi positivo em quinhentos e quatro milhões de reais, o que é natural em especial na arrecadação do IPTU, isso sempre se repete nesse quadrimestre. O resultado nominal significa o quanto diminuimos a nossa exposição à dívida, diminuimos em seiscentos e quarenta e nove milhões de reais as nossas receitas correntes e a nossa receita corrente líquida de sete bilhões, novecentos e quarenta e sete milhões, um decréscimo quando comparado ao quadrimestre anterior. Por que o decréscimo? Lembro que na apresentação da Diretora Aline apareceu sempre um acréscimo, porque isso é em termos reais. V.Exas. lembrem que temos uma inflação de quase 7% no Brasil nos últimos doze meses, é uma inflação bastante significativa, uma realidade financeira diferente e que faz, em termos reais, a nossa receita corrente líquida cair, quando comparada ao primeiro quadrimestre do exercício anterior. Despesas de pessoal: 41,09%. A nossa despesa líquida de três bilhões de reais. Temos aí o gráfico do nosso percentual de despesa de pessoal nos últimos anos, um pico lá em 2017 e com a aprovação do Plano, já sem o FUC, como lembrou a Diretora Aline, mantivemos um quadro bastante saudável, do ponto de vista da despesa de pessoal. Faço já um alerta, o índice despesa de pessoal não significa que existe espaço para crescer com despesa de pessoal, essa questão é orçamentária e é simplesmente um limite do ponto de vista do Município de Curitiba. Aqui os nossos limites da dívida. Temos uma dívida consolidada, operações de crédito e outras dívidas, inclusive a maior dívida do Município que é a dívida que a gestão anterior de 2013-2016 contraiu com a Previdência Municipal, de um bilhão e quatrocentos milhões, uma dívida consolidada líquida negativa. Isso significa que o Município hoje poderia fazer frente a toda dívida que existe, pagar todas as suas obrigações e zerar qualquer exposição à dívida. Mas lembro que é interessante sempre o Município explorar a sua condição fiscal para utilizar valores baixos de financiamento. Fizemos uma operação com a Caixa, em torno, salvo engano, de 119% do CDI. A nossa condição fiscal é que traz uma condição de juros tão baixos, um dinheiro barato para Curitiba. Essa é a exposição da dívida. O gráfico acima é a dívida consolidada bruta do Município. Percebam ali que entre 2016 e 2017 o nosso maior aumento, que é justamente a dívida da Previdência, que foi acumulada em razão dos aportes que não foram pagos e que a sociedade curitibana demorará vinte anos para pagar com o IPCA mais 6%, a dívida mais cara que temos é essa. Ali a linha laranja, que quanto menor melhor, significa a nossa trajetória de sustentabilidade com relação a dívida bruta. O Município tem caixa para fazer frente as suas obrigações. Aqui o nosso perfil da dívida externa, a Agência Francesa, que já financia a operação de reconstrução do novo Bairro da Caximba e o BID que vai financiar o novo Inter 2, que aparece com 58%. Como eu disse, a nossa maior dívida e se for do interesse dos Vereadores gostaria de explorar esse tema nas perguntas. Para o Regime Próprio de Previdência já pagamos quase duzentos milhões de reais em parcelas, fora os aportes e fora o patronal. Isso é dívida dos aportes de 2015 e 2016 que não foram



realizados. A novação da gestão anterior, vou mostrar o que é isso no quadro seguinte e só gostaria de destacar a licença-prêmio. O Município pagou a primeira parcela da licença-prêmio e vai esgotar o estoque neste ano e no ano que vem. Estamos pagando as licenças-prêmio que não eram pagas há muito tempo em Curitiba. Do ponto de vista, eu sempre trago esse gráfico... as dívidas da gestão anterior, fizemos dois mecanismos de pagamento, três na verdade, pagamento à vista, de credores até trezentos mil; pagamento parcelado em sessenta prestações de outros credores e leilões para pagar à vista para quem oferecesse maior desconto. Hoje estamos praticamente com pouco, com um estoque muito pequeno, a maior parte é da Previdência e também vinte e quatro milhões, uma parte significativa, que a gestão de 2013-2016 não repassou à Fundação de Saúde e estamos pagando aquele atraso, parceladamente. Aí o resultado dos leilões que fizemos e com cento e dezoito milhões de dívidas, pagamos com noventa e seis milhões, ou seja, um deságio de 17% do ponto de vista de economia para os cofres públicos. Hoje não fazemos leilão e obviamente como estamos em dia, não temos absolutamente nada a dever para nenhum fornecedor. Aqui nossos limites com garantia e um limite bastante baixo de 3,02%, poderíamos até 22%. Limite com operações de crédito, volto a dizer, Curitiba tem um limite bastante significativo para operações de crédito ainda, um fôlego grande, 16%, estamos em 0,5% nesse quadrimestre. E aí despesas com publicidade e propaganda oito milhões, oitocentos e sessenta mil reais, já incluídas inclusive as despesas educativas referentes a Covid, a publicidade que o Município desenvolveu nesses últimos dias. Temos um limite na nossa Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal de 0,60%, chegamos só a 0,11%. Vale lembrar que Curitiba é a única cidade do País, capital inclusive, que tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, a Lei Complementar nº 101/2017, aprovada pela Câmara. Aí os índices que vão se desenvolver ao final do ano. À Saúde já realizamos dois bilhões, duzentos e dez milhões de receitas, 17,78%. Na Educação, é claro que com a parada das aulas, já realizamos a mesma receita, mas as despesas são menores porque temos as aulas remotas, então 15,71% e é claro que vamos recuperar ao final do exercício para o mínimo constitucional. Era isso, Sr. Presidente. Estou à disposição para as eventuais perguntas e desculpem por me alongar.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço V.Exa. pela forma como foi colocado o relatório do primeiro quadrimestre. Temos doze Vereadores inscritos para perguntas, vou abrir o bloco com as perguntas e passar a palavra à Vereadora Indiara Barbosa, porque temos os membros da Comissão que estão inscritos pelo sistema. Farei a pergunta já de imediato e na sequência a senhora, Vereadora Indiara Barbosa, poderá passar a palavra aos membros da Comissão de Economia e depois de acordo com a ordem de inscrições. Tenho três perguntas ao Secretário, a primeira é que tínhamos uma previsão de dois bilhões em aportes de organismos financeiros internacionais e governos, que estariam junto com convênios e outros programas que seriam repassados ao Município de Curitiba. A pergunta é: dessa previsão quanto o Município já recebeu desses dois bilhões? A segunda pergunta é em relação a contribuição de melhoria. Não temos um programa ativo na contribuição de melhoria no Município, eu sempre questiono e sugiro ao Município de Curitiba que pudéssemos criar um programa, principalmente para atender exclusivamente as calçadas na nossa cidade. Temos uma defasagem por conta do contribuinte que não faz esse investimento no seu imóvel. A terceira pergunta seria se temos espaço ainda contributivo ou uma atração para que pudéssemos repor, por exemplo, a defasagem que o HSBC saindo do Município de Curitiba deixou de participar no ISS, um montante acima de cem milhões por ano, isso também representa muito, se há um espaço? E que a Nota Curitibana se tornasse uma cultura no dia a dia do consumidor, se tivéssemos como fazer investimentos para que essa cultura de solicitar a nota ao prestador de serviço fosse amplamente divulgada. Seriam essas



perguntas e gostaria de parabenizar V.Exa. pelo equilíbrio fiscal e tributário do Município. Esse alerta que V.Exa. faz em relação ao ICMS, conversaremos e colocaremos em pauta na reunião da Comissão de Economia e Finanças para que busquemos instrumentos para tentar trazer algo do ICMS, porque ao longo dos anos o Município perde muito, como apresentado. Sabemos que o Município de Curitiba sempre pediu para que o Governo do Estado fizesse a revisão e repassasse um valor maior, mas não que houvesse uma queda considerada nesse imposto, que ajudaria muito as finanças. Quero parabenizar a gestão do Prefeito, porque mesmo com a crise os investimentos têm acontecido, isso é importante para a cidade como um todo, porque o cidadão espera que os serviços públicos sejam entregues cada vez mais aos seus municípios, através da sua contribuição de impostos, taxas e contribuições. Ficam aqui as perguntas e passo a palavra à Vereadora Indiara, para que ela continue fechando esse bloco com as três perguntas e depois a devolutiva ao Secretário.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Obrigada, Vereador Serginho do Posto. Só lembrando que acho que já deu o tempo da audiência e temos que prorrogar.

O SR. PRESIDENTE:- Não, Vereadora, porque o nosso horário é até 12h15min.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Está bem. Então, vou fazer a pergunta e aí dos membros da Comissão de Finanças inicialmente temos inscritos a Vereadora Professora Josete e o Vereador João da 5 Irmãos. Acho que faço a pergunta, depois a Vereadora Professora Josete e se tiver mais alguém da Comissão que queira se inscrever, por favor nos avise, pode ser pelo WhatsApp e na sequência passaremos para os demais inscritos. Secretário, também agradeço pela explanação, as apresentações são sempre claras e bem informativas, parabéns. O senhor mencionou que as receitas tiveram um acréscimo mesmo na pandemia, então talvez se esperasse o contrário, que tivéssemos um decréscimo em relação a alguns impostos, mas vimos que o ISS, o IPTU e o ITBI tiveram um aumento. Em relação as despesas, o senhor comentou que teve uma redução, mas quando avaliamos a proporcionalidade (c) do quadrimestre em relação ao ano, percebemos que algumas despesas são bem significativas, principalmente as despesas com pessoal. Quando olhamos as despesas com folha e Previdência, são bem significativas e estão um pouco acima. Gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre isso. Também em relação ao IPTU, discutimos no final do ano sobre a possibilidade de não ter esse reajuste na Plantas Genérica ou como seria feito esse reajuste nos próximos anos, e vimos pela sua apresentação que o IPTU teve um aumento bem significativo, foi o imposto que mais teve aumento. Não sei se existe alguma ideia para discutir o aumento do IPTU para o próximo ano com a Câmara, acho que seria bem importante. E, por último, pedir para o senhor falar um pouquinho mais sobre a dívida com a Previdência e até a possibilidade de uma revisão, uma reforma em relação à Previdência. Da minha parte é isso. A próxima inscrita é a Vereadora Professora Josete, que é membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Vereadora Professora Josete, peço escusas. A Vereadora Indiara tem razão, o tempo regimental é até 12h10min, mas a nossa audiência vai até 11h10min. Coloco em votação o requerimento de prorrogação desta audiência por mais uma hora. (Pausa). APROVADO. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Secretário Vitor Puppi e sua equipe. Indo diretamente aos questionamentos, que são vários, Secretário, diante do quadro que o senhor apresentou, em um momento duro que vivemos com a lentidão da vacinação e isso tem um impacto direto principalmente para aquelas pessoas que vivem em uma situação de mais informalidade, vou citar exemplos concretos, aqui em Curitiba os ambulantes que trabalham e que são legalizados naqueles espaços reservados em algumas ruas de Curitiba, enfim, nas praças, a Prefeitura tem algum plano direcionado a esse público? Porque o Fundo de



Aval não dá conta desse público; eles não são MEI, eles não têm esse tipo de registro. Pensando nessas camadas mais excluídas da sociedade, existe algum plano da Prefeitura voltado para esses setores? Sobre os contratos que a Prefeitura possui, por exemplo, na Secretaria de Educação -limpeza, alimentação, transporte escolar, informática - qual o percentual que já foi pago para esses contratos? Temos uma situação por algumas informações que chegam a nós, que alguns trabalhadores da limpeza teriam sido demitidos. Queria saber se o senhor tem informações sobre isso. Qual é o superávit da Prefeitura neste momento? O ano passado o senhor informou que houve superávit, então questionamos por que muitas emendas não foram pagas? É postar o nosso caso específico, tínhamos muitas emendas voltadas para a assistência social, para as entidades que prestam esse serviço, e uma pesquisa, um censo voltado ao levantamento da população em situação de rua em Curitiba, essa emenda também não foi paga. O senhor não acha que nessa área social deveríamos priorizar recursos desse superávit? Também gostaria de levantar a situação em relação ao IPMC. Está circulando nas diversas redes uma apresentação de um PowerPoint com propostas de alteração e mais uma vez aumento da alíquota para os servidores. Gostaria que o senhor pudesse trazer algumas informações sobre isso porque, por enquanto pelo menos, não chegou nada oficial a esta Casa. Seria isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- O Vereador João da 5 Irmãos fechará esse bloco. Na sequência a Vereadora Indiara poderá chamar o próximo inscrito pelo sistema para o segundo bloco, que é o Vereador Pier Petruzziello. Com a palavra, Vereador João da 5 Irmãos.

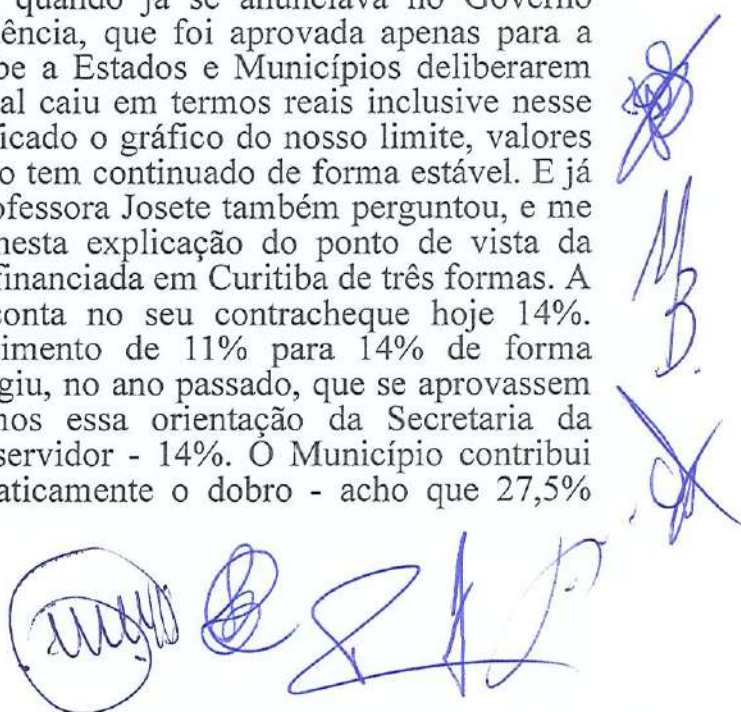
O Sr. João da 5 Irmãos:- Obrigado, Presidente. Cumprimento o Secretário Vitor Puppi. De antemão, quero falar que corroboro com essas ideias em relação ao ICMS, acho que precisa uma justiça fiscal maior para o nosso Município, parabeno o Presidente Serginho pela sua declaração também. Como membro da Comissão de Economia, acho que temos que somar esforços, Município e Câmara Municipal, nesse sentido. Tenho duas perguntas, uma em relação ao Fundo de Aval. O Secretário falou que tem recurso ainda no Fundo de Aval, que a Prefeitura faz um aval com as cooperativas de crédito. Eu estava vendo aqui os tipos de empréstimo - capital de giro, investimentos e portabilidade da dívida. Portabilidade da dívida me chamou a atenção, porque muitos pequenos e médios comerciantes empreendedores estão com problemas no Serasa e outros órgãos de registro de dívida. Quero perguntar se tem uma flexibilização nesse sentido e se a portabilidade atende isso, porque viemos conversando com alguns empreendedores, principalmente pequenos empreendedores e comerciantes, que estão tendo alguma dificuldade em relação a documentação. A pergunta é, há possibilidade de uma flexibilização nesse sentido? A outra pergunta é em relação ao transporte coletivo. Vimos ali que tem um valor repassado do Estado que vem caindo. Queria saber quanto custa/mês para o Município a tarifa técnica? Quanto o Município está bancando hoje dessa tarifa para o cidadão? São essas as perguntas. Obrigado, Presidente. Parabeno mais uma vez o Secretário pela explanação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Vitor Puppi, por gentileza.

O SR. VITOR PUPPI:- Pois não. Agradeço as perguntas. A começar por V. Exa., Presidente, parece-me que a pergunta é dos dois bilhões. Em operações de crédito Curitiba já recebeu e já investiu duzentos e quarenta e sete milhões de reais desde 2018. Estou somando a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BID, AFD. Neste momento, no primeiro quadrimestre, foram quarenta milhões. Mas se somarmos desde 2018, chegamos a duzentos e quarenta e sete milhões e, é claro, a Cidade vai licitando, vai fazendo frente às despesas e vai recebendo os recursos. Esse é, *pari passu*, o cronograma físico-financeiro. Com relação à contribuição de melhoria, até me sinto um pouco desgostoso porque concordo plenamente com V.Exa., a contribuição de melhoria é um mecanismo importante de ser lançado, poucos



municípios no Brasil conseguiram fazer uma contribuição de melhoria eficaz. São José, aquele município ao lado de Florianópolis, até maior do que a capital, tem uma política muito interessante da contribuição de melhoria. Temos estudado, temos uma comissão no Município dedicada a esse tema. E a contribuição de melhoria, justamente por captar o aumento na valorização do imóvel, é uma contribuição justa do ponto de vista fiscal. Mas quero dizer que, é claro, com a pandemia seguramos um pouco qualquer iniciativa desse tipo, mas não desistimos e V.Exa. tem a minha palavra de que vamos seguir com algum encaminhamento nesse tema em breve. Com relação a calçadas, que é "contribuição de melhoria e calçadas", o Município recentemente divulgou um valor em torno de quarenta milhões de reais de investimento em calçadas. É um valor bastante significativo se considerado, por exemplo, o Fundo de Calçadas que é em torno de dois milhões. Vamos colocar muito mais dinheiro para a melhoria das calçadas na Cidade nos próximos anos. Com relação ao HSBC, foi uma perda que aconteceu lá em 2015, 2016, nesse período, e foi uma perda significativa. Mas o problema de 2015, 2016 não foi receita, foram outras coisas. Na pandemia nós perdemos muito mais do que um HSBC no ISS em termos nominais. Como nós temos visto essa questão do setor? De duas formas. A primeira é que existe uma lei complementar, até em 2017 V.Exa. me perguntou se o Município começaria a receber operações de cartão de crédito e outras questões do ISS. Os municípios no Brasil ainda não receberam porque essa lei foi suspensa no Supremo Tribunal Federal. Estamos trabalhando com os bancos para construir um sistema que torne possível a arrecadação de cartão de crédito, planos de saúde também. Aliás, recentemente chegamos a um acordo com uma grande operadora de plano de saúde que deixou de recolher, não com o propósito de sonegar, muito pelo contrário, mas para se proteger, em torno de quarenta milhões de reais para a cidade porque depositou em juízo os valores em razão de uma lei aprovada em 2017 que distribuía também, a mesma lei, esses recursos. Então, quando uma lei é malfeita, acabamos sofrendo a consequência anos depois. Já avisávamos lá que é muito difícil para um contribuinte operacionalizar cinco mil, quinhentos e setenta municípios do ponto de vista de arrecadação. Bom, está aí o resultado, mas temos trabalhado dessa forma para ter para Curitiba esses recursos. Com relação ao Nota Curitibana também concordo, temos que ampliar a divulgação do programa. Estamos fazendo isso agora com as associações de pais. Inclusive adianto aqui que temos trabalhado no Nota Curitibinha, que vai ser um trabalho de educação fiscal - pais incentivando filhos a pedir nota fiscal. Isso é importante do ponto de vista da cidade e vai na esteira do que V.Exa. falou. Para ser breve, vou passar agora às perguntas da Vereadora Indiara. A despesa de pessoal, na verdade, caiu em termos reais quase 5%. Tivemos um decréscimo na folha de ativos também pelo grande número de aposentadorias. Tivemos um volume muito grande de pessoas que se aposentaram, em especial quando já se anunciava no Governo Federal a aprovação da reforma da Previdência, que foi aprovada apenas para a União, não para Estados e Municípios; cabe a Estados e Municípios deliberarem individualmente. Então, a despesa de pessoal caiu em termos reais inclusive nesse quadrimestre. E temos mantido, se for verificado o gráfico do nosso limite, valores bastante estáveis em despesa de pessoal. Isso tem continuado de forma estável. E já falo da Previdência, sei que a Vereadora Professora Josete também perguntou, e me permita ser um pouquinho mais extenso nesta explicação do ponto de vista da Previdência do Município. A Previdência é financiada em Curitiba de três formas. A primeira, pelo servidor - o servidor desconta no seu contracheque hoje 14%. Tínhamos, em 2017, aprovado um crescimento de 11% para 14% de forma escalonada. A Secretaria da Previdência exigiu, no ano passado, que se aprovassem os 14% de forma imediata. Nós seguimos essa orientação da Secretaria da Previdência. Então, a primeira forma é o servidor - 14%. O Município contribui sobre o ativo com a patronal de 28%, praticamente o dobro - acho que 27,5%

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the right side, there are three distinct signatures, with the middle one appearing to be 'M.B.'. At the bottom center, there are two more signatures, one of which is a circular mark containing the word 'MUNICÍPIO'.

porque a nossa lei também previa um aumento gradual da patronal. E, com aportes. O que são os aportes para a Previdência? É feito um cálculo, do ponto de vista de ingressos e saídas, por um atuário - inclusive o IPMC tem um atuário hoje, próprio. Antes não tinha, antes de 2017 o IPMC não tinha atuário próprio, é um restaurante sem cozinheiro. Hoje temos atuário próprio, e fazemos um plano de aportes que é entregue à Secretaria da Previdência e atualmente está em quatrocentos e trinta milhões de reais por ano. São essas três fontes que financiam a Previdência. Existem "n" situações que impactam a Previdência. Uma delas é a queda na taxa de juros, ⁽¹⁾ porque quando se tem dois bilhões de reais no Fundo da Previdência, uma boa parte desse financiamento para pagar as aposentadorias vem de ganhos financeiros. Dois bilhões aplicados rendem e rendem muito. Só que quando a taxa de juros cai no País, esse valor passa a render menos, ou seja, o Fundo pode descapitalizar mais e a Prefeitura terá que aportar mais. Então, feita a explicação do financiamento, é claro que a reforma da Previdência será discutida com a Câmara em momento oportuno. Desde 2019 o Município tem estudado a Emenda Constitucional n.º 103, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. A União já fez a sua reforma, o Estado do Paraná já fez a sua reforma, Curitiba fez parcialmente a sua reforma, porque, até então, não tinha autorização constitucional para fazer a sua reforma de forma integral. Mas, mais dia menos dia, esse assunto obviamente vai ser discutido com a Câmara no tempo e no prazo competentes, o que será feito, como será a continuidade da questão da Previdência. A última pergunta, com relação à Planta Genérica do IPTU. Uma opinião muito pessoal minha, não podemos deixar a Planta Genérica de Valores desatualizada por anos, do contrário vamos ter o que aconteceu no Rio de Janeiro. O que adianta ficarmos vinte anos desatualizados e depois aumentar, para o cidadão que mora na região cara ou barata da cidade, em 200%, 300%. Precisamos manter uma Planta relativamente atualizada e calibrar o aumento ou acréscimo, vamos dizer assim, para o contribuinte. O contribuinte não pode ter esse decréscimo de uma vez só, mas é importante dizer que o IPTU é um tributo que obviamente impacta sempre, do ponto de vista dos Prefeitos, dos Vereadores, mas é um tributo que, aliás, tem crescido muito no País. Se formos olhar curiosamente os dados nacionais, o IPTU cresceu, inclusive ano passado, de uma forma bastante significativa. E ele faz parte, vejam, nós estamos diminuindo, tenho mostrado isso nos últimos anos, nós estamos cada vez mais recebendo menos dinheiro, com exceção desse acréscimo da União com a pandemia. E temos que cada vez mais fazer frente aos serviços com os nossos recursos. Nesse sentido, o IPTU é importante estar o mais próximo possível do valor venal correto, vamos dizer assim, sempre. Passando às perguntas da Vereadora Professora Josete, essa questão da informalidade e dos ambulantes é algo que detectamos aqui de uma forma muito expressiva, porque se formos olhar a arrecadação, Vereadora, não diminuiu quanto deveria ter diminuído, por quê? Porque temos uma informalidade imensa, não só aqui em Curitiba como no Brasil. E são essas pessoas que estão na informalidade que mais sofrem do ponto de vista da pandemia, porque o empresário, existem setores que cresceram, cresceram bastante na pandemia, mas essas pessoas realmente se tornaram mais desabrigadas. O que fizemos na Prefeitura? Lançamos mão de programa de assistência social, como disse, aumentamos bastante o orçamento da FAS e também da Secretaria de Defesa Social com salvaguardas, vamos dizer assim, para essas pessoas. Também procuramos na Secretaria de Abastecimento fazer programas para que essas pessoas tenham acesso a alimentos mais baratos ou mesmo vouchers. Claro, nunca será no valor que as pessoas gostariam, mas já injetamos um voucher para cinquenta e uma mil pessoas, para as famílias. E também temos feito a distribuição aos alunos da rede municipal de merendas, de cestas básicas, distribuimos a cento e quinze mil por mês. Então, o Município tem agido dessa forma para fazer frente a essa demanda social, tem investido bastante do ponto de vista de assistência social. É claro, se puder, vai



investir mais. Temos analisado o que é viável. Agora, é preciso também, recebemos várias sugestões: "Vamos dar desconto. Vamos conceder alguma coisa para determinadas pessoas." Do ponto de vista operacional é preciso também que isso seja factível. Então, estamos abertos às propostas, às iniciativas. Algumas que estudamos, descartamos, porque não são viáveis do ponto de vista operacional. Posso até depois gastar um pouco mais de tempo com isso. Com relação aos contratos, nós, em razão da Lei nº 15.634, temos pagos os contratos em troca inclusive da manutenção de empregos. Se houve alguma demissão, efetivamente desconheço. Aí era interessante verificar com a Secretaria de Educação, às vezes ocorreu alguma situação, obviamente justa causa, alguma questão um pouco mais específica. Mas não tenho conhecimento na Secretaria de Finanças sobre os percentuais que foram executados. IPMC eu já disse. E com relação às emendas do superávit, como disse, temos utilizado parte do superávit na política de assistência social, e Saúde também. Aliás, Saúde não deixa de ser uma forma também de atender quem precisa. Com relação às emendas, em 2017, em 2018 e em 2019 cumprimos integralmente. Vamos cumprir em 2021 também. É preciso lembrar que em 2020 tivemos "n" dificuldades e vou citar todas elas aqui. A primeira, é claro, fizemos um contingenciamento no mês de junho de 2020, porque, naquele momento - e a história é interessante porque acabamos nos esquecendo de algumas coisas que se apresentavam - parecia realmente que seria uma situação muito mais grave, muito mais complicada do que foi, até o final de 2020. É claro, não foi um ano bom, mas não foi um ano tão ruim como se dizia ser. Então, por obrigação legal, somada a uma questão eleitoral, esse é o segundo ponto, tínhamos uma questão eleitoral que não poderíamos distribuir recursos sob o ponto de vista da legislação eleitoral. Existiam restrições. E tivemos mais um problema do ponto de vista das emendas, é que, mesmo com o dinheiro liberado depois, tínhamos dificuldade - nós que eu digo é a ponta, a FAS, no caso de assistência social, ou a Secretaria de Esportes - em trazer essas pessoas com certidões, aptas a receberem o recurso, porque, para receber o recurso público, é preciso ter as certidões negativas, enfim. E aí o tempo se atropelou. Tivemos eleições, salvo engano, novembro e dezembro. Então, em razão disso, realmente algumas emendas ficaram comprometidas. Quero dizer que em conversa com o Secretário Jamur já liberamos boa parte das emendas e estamos liberando as emendas de forma integral em 2021. Então, temos agido dessa forma e vamos cumprir sim com as nossas obrigações orçamentárias. É claro, a não ser que exista uma nova hecatombe no Município, mas não acreditamos que isso vai acontecer. Finalmente, com relação às perguntas do Vereador João da 5 Irmãos, o Fundo de Aval, essa questão da portabilidade, conseguimos ir até o fornecimento da garantia, Vereador. Agora, o problema é que os bancos têm as suas políticas próprias de empréstimo. Então, o banco tem a garantia do Município, mas ainda assim vai fazer as suas exigências para a empresa, seja do ponto de vista de adimplência, Serasa, histórico e isso o Município não consegue interferir na política da instituição financeira. O ideal é que as instituições financeiras oficiais, leia-se especial aquelas vinculadas ao Governo Federal ou mesmo a fomento no Estado do Paraná, flexibilizem. V.Exa. tem toda a razão, flexibilizem essas exigências. Eu mesmo tive uma reunião com o Líder, o Vereador Pier, com um pessoal do setor de eventos que, de forma justificada, disse: "Olha, temos o crédito à disposição, mas não temos certidão negativa". Do que adianta? Então, estamos trabalhando também, estudando alguma forma, do ponto de vista do ISS, que é o que nos compete, de aliviar essa situação. Mas o Fundo de Aval serve para garantia, porém, não conseguimos, em razão de limitações legais mesmo, interferir na política do banco. Com relação ao transporte coletivo, uma excelente pergunta. Curitiba tem, sozinha, bancado esses recursos desde 2019, ao final de 2019, 2020 e agora 2021, sem auxílio do Estado para manter a integração com a Região Metropolitana e absorver a queda de passageiros, mantendo o valor da passagem em quatro reais e cinquenta centavos.



Vale lembrar que a passagem de ônibus não é reajustada desde 2018, salve engano, 2019 ou outro ano, me perdi um pouco aqui no período, desculpem-me, mas nós temos mantido isso e isso custa dinheiro. Quanto custa? Hoje custa vinte milhões de reais por mês. Esse número quem dá é a Urbs. Nós não temos a gerência com relação a esse valor, do ponto de vista da operação em transporte, quem faz a operação de transporte no Município, gerencia, é a Urbs. E ela nos repassa essa necessidade, que é, admito, bastante custosa ao Município. É claro que o ideal é que o sistema funcionasse, do ponto de vista financeiro, sem aportes. Hoje não é possível. Nós temos insistido com a Urbs também que esses aportes diminuam, é claro que isso vai acontecer gradualmente, com a retomada das pessoas utilizando o transporte. Em especial, a Vereadora Professora Josete falou da necessidade de ampla vacinação. É isso que nós precisamos agora. Eu acho que era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Dando continuidade, solicito à Vereadora Indiará a leitura do próximo bloco de perguntas.

A Sra. Indiará Barbosa:- Os próximos inscritos são o Vereador Pier Petruzziello - Líder do Governo, Vereador Ezequias Barros e o Vereador Mauro Bobato.

O Sr. Pier Petruzziello:- Obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Secretário Vitor Puppi, um prazer recebê-lo aqui na Casa; a mesma alegria em ver o Presidente Serginho comandando esta Sessão. Para dar oportunidade aos outros perguntarem, vou tentar ser o mais objetivo possível. A primeira pergunta, Vitor, já foi sanada quanto ao transporte. A segunda pergunta é sobre essa vergonhosa Lei nº 2.554/2021. O que nós, de fato, podemos fazer contra essa lei que incentiva, vai totalmente contrária às empresas aqui da nossa cidade que investem em Curitiba? Se você tiver alguma dica. E a outra pergunta, bastante simples, aliás, um lamento também, em saber que o Governo do Paraná investiu só quatrocentos mil reais na Cidade de Curitiba. Pedimos mais atenção do Governo do Estado aqui com o Município. Esse é o lamento. E talvez os Vereadores não saibam, mas você foi um dos autores da lei da proposta de reforma tributária. Não sei se é essa que está hoje no Senado tramitando, mas, se não for exatamente essa, queria que você falasse isso para Câmara Municipal, porque é fundamental você, como Presidente da Abrasf, se manifestando e redigindo essa proposta junto aos municípios. E queria que você comentasse a frase do Ministro Guedes, que ontem disse que vai ser difícil ficar contra a reforma tributária, pois ela será bastante simples. Queria que você comentasse esse assunto, até porque ali, na reforma, tem uma questão do ISS e do ICMS que é muito importante para os municípios. Oportunidade em que lhe parabenizo, mais uma vez, a você e a toda a sua equipe pelo brilhante trabalho.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Sr. Ezequias Barros.

O Sr. Ezequias Barros:- Bom dia, Presidente. É bom vê-lo trabalhando, vê-lo à frente da Comissão. Parabéns pela sua recuperação. Muito bom. Fico feliz por você. Gostaria de perguntar... Primeiro parabenizar, eu sempre começo parabenizando o trabalho do Secretário Vitor Puppi, que nos dá sempre uma aula de como trabalhar, de como fazer. Eu sempre digo que contra números não tenho o que argumentar e ele sempre vem com bons argumentos aqui, nos trazendo sempre toda a condição da Cidade, a melhoria, a forma como ele vem administrando as finanças da Cidade. Parabéns, Vitor! A pergunta para V.Exa., Secretário, é se as emendas feitas no ano passado serão pagas, principalmente as sociais, que são as que mais nos cobram, algumas situações tanto de comunidades terapêuticas, de situações também de associações que trabalham com crianças e tantas outras. Algumas delas no ano passado não foram pagas e, claro, há um entendimento da dificuldade da pandemia, mas gostaria de saber de V.Exa. se serão pagas este ano as emendas que passam pela FAS e pela SMELJ. No mais, um bom dia. Muito obrigado.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Não está saindo o som, Vereador Mauro Bobato. (Pausa). (K)

O SR. PRESIDENTE:- O Vereador Mauro Bobato está com dificuldade com a

conexão. (Pausa). Vamos passar a palavra para a Vereadora Noemia Rocha, e no próximo bloco o Vereador Bobato já está inscrito. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha.

A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Presidente. Quero cumprimentar toda a Comissão de Economia, cumprimentar o Secretário Vitor Puppi pela explanação, estava indo muito bem, gostei demais dos esclarecimentos. Tem algumas coisas que eu quero ver se dou conta de fazer as perguntas, Secretário. Acho que uma das coisas mais urgentes, eu fiz essa pergunta e gostaria de retomar, do quadrimestre passado. A Prefeitura chamou três instituições muito sérias para acolhimento de pessoas nesse tempo de pandemia. Chamou, garantiu o convênio, pediu emendas parlamentares, as emendas foram sinalizadas e não foram pagas, dos anos de 2019 e 2020. Existe ainda a possibilidade de repasse? A Associação Beneficente Encontro com Deus, Fundação Iniciativas e Acridas, são instituições próximas a nós, muito sérias, mas que estão passando perrengue por falta desse investimento. Outra coisa que eu observei, Secretário, na minha leitura acho que o Poder Público, a Prefeitura, o Executivo, o Prefeito, investem muito em transporte coletivo. Há uma preocupação, um cuidado excessivo com os empresários do transporte coletivo, mas ouvi a sua fala também, sei que eles devem, na minha leitura, blefar com a Prefeitura, "não quer, vou devolver". E aí, para assumir, enquanto Município, eu sei que é mais complexo, mas também não é impossível. As gratuidades, Secretário. Eu tenho me incomodado com as gratuidades. V.Exa. falou da lei federal dos aposentados, eu concordo que todos eles tenham gratuidade, mas que não seja o usuário a pagar! É inadmissível que o usuário fique com oitenta centavos ou mais, se não me engano, com 20% de gratuidade em transporte coletivo. É 20% pagando para policial, Polícia Militar. Não tenho nada contra a Polícia Militar, acho que eles merecem de graça mesmo, mas por que o Estado não paga? É fácil fazer cortesia com o chapéu dos outros. Pergunta para o usuário se ele quer pagar gratuidade para Correio! Correio é uma empresa mista, tem lucro! Então, eu não sei se isso é uma prerrogativa do Prefeito, se isso é uma prerrogativa dos Vereadores, mas isso precisa mudar! Estudante, eu concordo! Carteiros, concordo! Aposentados por invalidez, eu concordo. Concordo, na verdade, com a gratuidade para todo mundo, mas não que o usuário venha a pagar. Gente que depende de salário-mínimo, gente que depende de moedinha, e tem que ficar pagando a conta do outro, porque uma lei surgiu e beneficiou. Então, nós precisamos, Secretário, ter um caminho, um mecanismo para tirar essa gratuidade no Município, que infla a conta do usuário. Outra pergunta, se me permite, Vereador Serginho, que é uma pergunta também relacionada a essa questão. As obras públicas, Secretário, estão sendo suspensas ou tendo os cronogramas atrasados, em razão do atraso dos pagamentos dos contratos pelo Município? Se sim, indicar quais obras e providências estão sendo tomadas, no caso da obra da Linha Verde. Falando em grandes empresas, o que o Município está fazendo para o pequeno empresário? O que o Município está fazendo para o pequeno produtor? O que o Município está fazendo para os feirantes, para o camelô? O que está sendo feito, se está sendo feito e qual a razão de não estar sendo feito, ou tem um programa pensando em ajudar. Qual o impacto da pandemia na arrecadação dos tributos municipais, e que medidas compensatórias foram tomadas. Talvez o senhor já tenha respondido, mas eu não me lembro. Qual a expectativa do impacto na arrecadação com as alterações do programa Nota Curitibana? Como é feita a discussão com o uso de valores referentes ao superávit do primeiro quadrimestre? Quais foram as áreas contempladas? Essas são as minhas perguntas. Eu gostaria também que o senhor me respondesse se existe uma sinalização, uma luz para ajudar essas pessoas que foram chamadas pelo Município para ajudar no encaminhamento de abrigos para pessoas, nesse período de pandemia da Covid. Muito obrigada, Sr. Secretário, pela sua explanação, foi muito bem. Como eu disse, quando eu for prefeita, você vai ser o meu Secretário de Finanças.



O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Com a palavra o Secretário Vitor Puppi.

O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Eu vou começar de trás para frente, tomar a liberdade, até porque a Vereadora Noemia Rocha fez várias perguntas, então assim fica mais fácil. Com relação ao superávit, e essa é uma discussão que a Vereadora Professora Josete também levantou, é uma discussão de um Município bastante maduro, do ponto de vista fiscal. Porque veja, nós estamos aqui discutindo que obras vamos financiar, o que vamos fazer com recursos oriundos do equilíbrio fiscal do Município, isso mostra, a própria pergunta mostra o amadurecimento fiscal do Município, o que nós temos priorizado com recursos de superávit, investimentos. Por que investimentos? Por duas razões. A primeira, que nós não podemos aumentar as despesas de custeio do Município. Aliás, com a Emenda Constitucional n.º 109, que determinou um gatilho de 95% de despesas correntes, nós não podemos aumentar o custeio. Então, nós temos que investir e investir mais, até porque é uma política saudável. Então, a prioridade número um é investimento. É claro que em tempos de pandemia nós temos utilizado os recursos para fazer frente às despesas de combate à pandemia. Quais são, em especial? Saúde, assistência social e transporte. Saúde é algo óbvio, assistência social, vários programas se iniciaram com dinheiro do Governo Federal, não houve continuidade, o Município continua com os programas, mas com recursos próprios. E o transporte público, que é uma despesa também decorrente da pandemia. Com relação ao Nota Curitibana. Nota Curitibana é um programa que vem crescendo, é um programa livre. A educação fiscal, nós temos sempre que atualizar o programa, tornar interessante para o público. Ainda existe uma confusão do Nota Paraná com o Nota Curitibana, mas o importante é que o cidadão, o contribuinte, peça nota fiscal em tudo. Então, nós temos tentado, com campanhas, estamos conversando com a comunicação também, porque o cidadão pede nota se ele sabe que vai ter algum benefício, do ponto de vista inclusive financeiro. O impacto com relação a arrecadação se deu, principalmente, Vereadora, em abril, maio e junho de 2020. O que aconteceu depois? Nós não crescemos o quanto cresceríamos, mas nos mantivemos estáveis. E agora, em janeiro, mesmo em abril, ou seja, após o lockdown, nós tivemos um lockdown, uma bandeira vermelha em Curitiba em março, mesmo assim nós acreditávamos que a arrecadação pudesse cair, do ISS, em torno de 20%, 30%, e ela caiu bem menos. Nós tivemos uma arrecadação de abril bastante satisfatória, do ponto de vista de ISS. Isso mostra o que eu inclusive mencionei na resposta para a Vereadora Professora Josete, um grau de informalidade muito grande na cidade, porque, claro, pessoas que precisam, pessoas que estão desamparadas por causa da pandemia, mas estão nessa linha que não recolhem tributos. Então, essas pessoas não são vistas, muitas vezes, do ponto de vista fiscal, mas estão aí com suas necessidades, com as suas angústias, para nós de alguma forma tentarmos auxiliar. Com relação a obras públicas, não existe nenhum pagamento em atraso. Todos os pagamentos de obras, desapropriações, tudo está rigorosamente em dia. Pudéssemos, para adiantar a velocidade das obras, adiantaríamos os pagamentos, porque a questão da Linha Verde não é uma questão financeira, é uma questão de limitação estrutural da empresa, agravada também por essa conjuntura, que falta aço, falta tudo. Tudo se tornou mais complicado, mais caro, e também porque a empresa passou por uma dificuldade, nos últimos meses, mas agora tem acelerado. Eu acredito que a previsão, inclusive, de entrega da trincheira da Mário Tourinho é ainda nesse mês ou início do próximo. Agora, a Linha Verde é uma obra grande, uma obra que teve "n" gargalos no decorrer do tempo, mas os atrasos não decorrem de qualquer dificuldade financeira, muito pelo contrário, pudéssemos pagar antes, se a lei nos permitisse, para acelerar, faríamos assim. O transporte coletivo, faço minhas as suas palavras, Vereadora. Lembro agora que o Governo Federal anunciou há pouco que os motociclistas não vão pagar pedágio. Claro, os

motoristas de carros e caminhões é que o farão. Não tem almoço grátis. Então, essas gratuidades são bancadas, infelizmente, pelo usuário. E vejam a injustiça do ponto de vista do sistema, que a senhora diagnosticou. Quem paga os quatro e cinquenta hoje, está pagando por outras pessoas. Os Correios, por exemplo, muito bem poderiam bancar essa operação, só que a maioria das gratuidades depende de lei, estão estabelecidas em lei federal. Eu, sinceramente, não sei quais são as leis, estadual ou municipal, mas sei que boa parte está em lei federal. Por isso é que a Frente Nacional de Prefeitos encaminhou uma solicitação ao Governo Federal para que se conceda, não que conceda, mas que exista uma contraprestação do Governo para manter essa gratuidade, por exemplo, para os idosos, que é justa. Tudo bem, é justa, mas então que tenha alguém, que isso seja transparente, que venha uma subvenção para pagar essa conta. Com relação as emendas, e aí já respondo à pergunta do Vereador Ezequias Barros, a quem agradeço também as colocações. As emendas de 2020 que passaram como restos a pagar, e aí é preciso verificar qual emenda em especial, elas serão pagas. Elas só passaram em restos a pagar porque faltava alguma certidão, alguma coisa para ela ser liquidada. São os restos, é quando demora o procedimento de pagamento. O que não passou como restos a pagar, ficou no exercício de 2020, que foi encerrado. Então, vai depender de novas emendas no exercício de 2021. Então, para ser bastante claro, eu não sei quais são, a Acridas, posso até pedir para a FAS verificar, Vereadora, o caso específico, mas aquelas emendas de 2020 que não passaram como restos a pagar se encerram por imposição orçamentária no exercício anterior. Mas, volto a dizer, foi um ano completamente atípico, mas estamos, em 2021, acelerando inclusive esses desembolsos. E, finalmente, as perguntas do Líder, Vereador Pier. Concorde Vereador, é essencial essa questão do Estado. Francamente, nós não podemos assistir, aqui em Curitiba, que seja desviado um valor a pretexto de ingressar em um Fundo de Combate à Pobreza, com um nome bastante significativo, mas com o chapéu do Município. Nós, em Curitiba, isso independente de qualquer gestão, fazemos também política social, dependemos desses recursos para fazer frente às nossas obrigações, e não podemos perder recursos, ainda mais, de energia elétrica, comunicações e veículos, que são os principais itens de arrecadação do ICMS no Estado do Paraná. Além disso, existiu também um projeto de lei, ou existe ainda, em trâmite, que incentiva empresas de tecnologia a saírem de Curitiba. É um projeto de lei que tramita na Assembleia do Estado para garantir a municípios como, salvo engano, Guarapuava, Pato Branco, não lembro quais são os outros municípios, benefícios fiscais que em Curitiba não são concedidos, do ICMS. Não é possível que nós aceitemos esse tipo de iniciativa. A Cidade de Curitiba precisa também se defender disso, porque depois ninguém tira o benefício fiscal. Para tirar benefício fiscal é muito difícil, Vereador Pier, e nós temos que, de certa forma impedir. Aliás, os Estados, e já entro no tema da reforma tributária, são os que mais reclamam da guerra fiscal. Mas aí vai promover uma guerra fiscal entre os municípios, é uma guerra fiscal interna (v) entre município "A", capital, e outros municípios. Isso não é interessante e não é produtivo do ponto de vista da atividade econômica. Por que a empresa vai sair de Curitiba, onde tem faculdade, onde tem mão-de-obra, para ir para uma cidade do interior, onde não tem logística, em razão do benefício fiscal? É do contrário que a atividade econômica precisa para crescer. E aí, sobre a reforma tributária, justamente isso é que se pretende combater com a reforma. Temos defendido uma reforma tributária que simplifique, de forma imediata, a vida do contribuinte. Hoje, onde está o problema do País, do ponto de vista de complexidade tributária? O ICMS, o PIS e a Cofins...

O SR. PRESIDENTE:- Vou pedir escusas, porque de imediato farei a transferência da presidência para que Presidente da Câmara, Vereador Tico Kuzma, encerre a Sessão, e tendo a sua disponibilidade, temos mais oito inscritos que gostariam de participar com suas perguntas e também com perguntas dos cidadãos

que participaram via YouTube. Então, agradeço a sua disponibilidade. Passo a palavra ao Vereador Tico Kuzma.

O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Obrigado, Vereador Serginho do Posto. Considerando a importância da audiência pública, peço aos Vereadores que consideremos a chamada inicial, portanto a presença dos trinta e oito Vereadores nesta Sessão. Esgotado o prazo regimental, damos por encerrada a presente Sessão on-line, convocando outra, Ordinária on-line, para segunda-feira, dia 31 de junho de 2021, à hora regimental, com a Ordem do Dia publicada no Diário da Câmara. Está encerrada a presente Sessão, às 12h05min. Passo a palavra novamente ao Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Serginho do Posto, para que continue com a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereador Tico Kuzma. Pediria aos Vereadores e ao Secretário também, como teremos mais duas reuniões e uma audiência pública promovida pelo Vereador Professor Euler, e teremos a reunião da Comissão de Finanças já após o almoço, pediria, se pudessemos estender este tempo entre perguntas e respostas por mais quarenta minutos, que serão suficientes. E aqueles Vereadores que também desejarem fazer por escrito, entregarem à comissão ou diretamente ao Secretário, acho que poderíamos usar dessa iniciativa, desse mecanismo, para algumas respostas que não forem possíveis de serem respondidas na audiência de hoje. Perfeito? Concedo novamente a palavra ao Secretário.

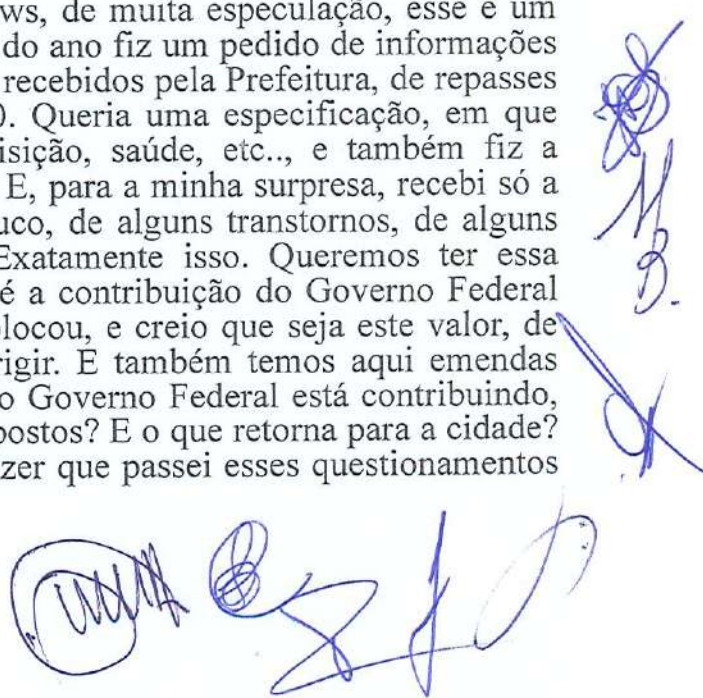
O SR. VITOR PUPPI:- Pois não, Presidente. Penitencio-me por ser um pouco demorado nas respostas, mas quero dizer que estou à disposição da Câmara até onde for necessário. Não tem problema. Finalizando a questão do Vereador Pier, da reforma, o que se vende às vezes na mídia ao contribuinte, é que uma reforma "ampla", entre aspas vez que de ampla nada tem, seria boa, que era a reforma que se vendia e que agora saiu de cena: bonificação dos tributos de consumo. O problema é que isso ia aumentar a carga tributária, porque hoje quem paga o ISS, então transporte, imaginem só o transporte, que de uma alíquota de 2% a 5% passaria a pagar 25%. Não é, no mínimo. Imaginamos, diz aí o Ministro Paulo Guedes, que é 31%. Uma reforma que era inviável não só de aumento de carga tributária, mas também do ponto de vista da Federação, porque os municípios ficariam de carona com os Estados e com a União. Então, quero dar um exemplo, já para encerrar a minha colocação. Os Estados, há muitos anos, brigam no Confaz, que é o órgão que delibera, ele tem caráter inclusive normativo, sobre as isenções, benefícios fiscais e ICMS. Não preciso ir longe para ver que o Confaz tem desavenças, complicações imensas, basta ver o ICMS hoje do País. Imaginem só um tributo único, somando o Confaz à União, com todo o seu poderio, e mais os cinco mil, quinhentos e setenta municípios. Não tem como dar certo. Então, o que fazemos hoje no País, do ponto de vista das dimensões do Brasil, é simplificar o ICMS, simplificar o ISS, num tributo único no País, isso sim, mas que a competência seja dos municípios, para não desequilibrar a Federação, e em especial PIS e Cofins, sem aumentar a carga do setor de serviços. E ainda o que se defende, como temos defendido, é uma diminuição na regressividade do sistema. O que é regressividade? É que hoje, com o ICMS a 30%, a 29% da energia elétrica, quem está pagando essa conta é a pessoa que tem menos recursos. Então precisamos, como justiça fiscal, sempre tributar de uma forma mais equilibrada quem tem mais, e não penalizar a carga do cidadão que precisa. Então, temos uma reforma, chama-se Simplifica Já. É uma reforma defendida já por mais de uma centena de instituições, setores de serviços, contadores, advogados, procuradores, auditores de Estado que, inclusive, ajudaram nessa proposta, que acreditamos poder contribuir para o País. Vamos ver agora se o Governo Federal, esperamos, ande com as reformas, e que possam ser aprovadas. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- O próximo bloco iniciamos com o Vereador Mauro Bobato, a quem concedemos a palavra.

O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Sergio. Bom vê-lo novamente à frente. Em nome do Vitor, gostaria de saudar algumas pessoas da sua equipe: Sérgio Primo, do Rendas Imobiliárias, e o Francisco, que sempre nos dão suporte para tirarmos as dúvidas e resolvermos possíveis problemas com os contribuintes. Dizer também que tenho um ou dois questionamentos para fazer ao final desta minha fala, mas só dizer que o tempo é o senhor da verdade. Quando passamos por algum constrangimento no início da gestão anterior, a equipe do Prefeito sempre nos deu suporte e subsídios para isso, e hoje temos uma posição consolidada. É difícil demais, o momento da pandemia é algo preocupante do ponto de vista sanitário. Do ponto de vista econômico, graças a Deus, tivemos a oportunidade de deixarmos a Cidade estabilizada, e procuramos avançar. Ainda é um momento difícil, falando do ponto de vista sanitário, mas do ponto de vista fiscal, temos uma capacidade de sermos resilientes. Nesse ponto, Vitor, sempre vou esperar muito mais de você. Você já fez um trabalho, que só temos a agradecer, pela Cidade de Curitiba, como cidadãos curitibanos. Temos que continuar avançando. Hoje o pequeno comerciante sofre muito. Queria ter a resposta, alguma orientação ou sugestão do que podemos fazer. Vocês implementaram o Fundo de Aval, que é uma grande porta, mas têm algum sistema que o pequeno comerciante tenha um fôlego na sequência? Ainda temos que passar por este momento de pandemia, mas só com a imunização vai se resolver, e de se buscar um fôlego para aquele que não tem. Sei que não é função do Estado, não é do Município, terem que resolver os problemas, mas terem algum limitador. Talvez tirar, não sei se isenção cabe, mas tirar ele do radar por um período. Poxa, olha, passamos pela pandemia, temos que ter a retomada econômica, talvez nesse período os que tenham renda menor poderão ter uma isenção tributária durante três ou seis meses. Imagino que não seja algo simples de se pensar, de se elaborar, mas foi uma sugestão que me veio neste momento. Então, o tempo é o senhor da verdade. Parabéns pelo que vocês fizeram. Só queria fazer uma outra colocação: a Lei de Outorga está pacificada junto ao Sindicato da Construção Civil? O pessoal está tendo facilidade? É um mecanismo que foi reinventado agora, junto com a revisão da Lei de Zoneamento, na sequência Lei de Outorga. Está pacificada? Está funcional hoje? No mais, só parabenizar você e sua equipe. Sei que é um setor especial, de gestão. É óbvio, o que vocês fizeram na parte fiscal da Cidade e do Município, reflete no dia a dia das pessoas. Parabéns. Sigamos em frente. Obrigado, Presidente Sergio.

O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Mauro Ignácio, a quem concedemos a palavra.

O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Serginho. Bom dia a todos e a todas. Quero iniciar cumprimentando o Secretário Vitor Puppi pela sua explanação, e a sua equipe. Quero ser objetivo, Sr. Secretário. V.Exa. falava sobre os recursos repassados durante a pandemia, pelo cálculo de sua planilha seiscentos e trinta e quatro milhões. E hoje, em tempo de fake news, de muita especulação, esse é um dado importante. Quero lembrar que no início do ano fiz um pedido de informações a sua Secretaria, perguntando sobre os valores recebidos pela Prefeitura, de repasses de recursos públicos federais no ano de 2020. Queria uma especificação, em que áreas foram aplicados, obras, reformas, aquisição, saúde, etc., e também fiz a mesma pergunta considerando o ano de 2021. E, para a minha surpresa, recebi só a cópia da LOA. E V.Exa. falava, agora há pouco, de alguns transtornos, de alguns entraves de repasses do Governo Federal. Exatamente isso. Queremos ter essa clareza para passarmos à população, de qual é a contribuição do Governo Federal para Curitiba, seja na saúde, que V.Exa. já colocou, e creio que seja este valor, de trinta e quatro milhões. V.Exa. pode me corrigir. E também temos aqui emendas federais, se elas foram pagas, enfim. No que o Governo Federal está contribuindo, efetivamente, com a parte que pagamos de impostos? E o que retorna para a cidade? Seriam essas as minhas indagações. Queria dizer que passei esses questionamentos



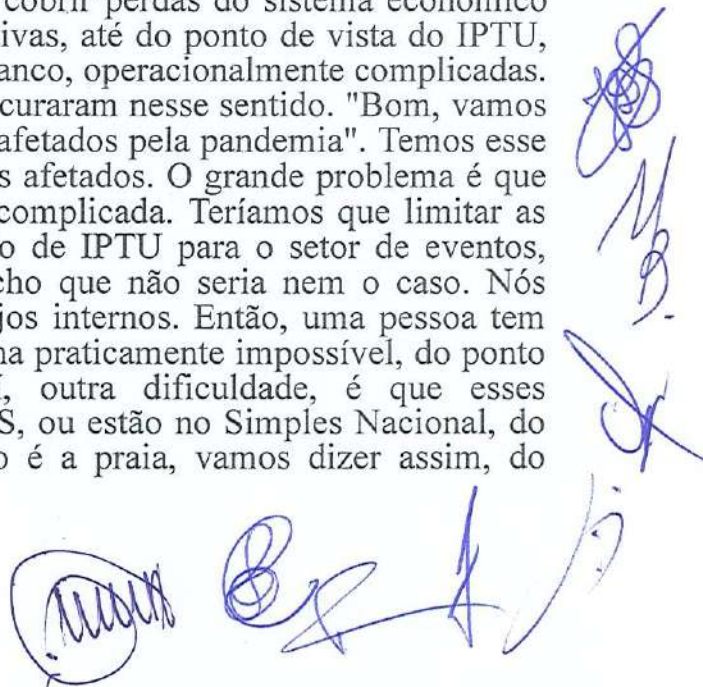
para a Comissão de Economia e Finanças, também para a Comissão de Obras Públicas, para ter esse detalhamento, para que venha com a data futura, a especificação de onde foi aplicado, de como foi aplicado, se finalizou a obra, o serviço, enfim. E cumprimentá-lo mais uma vez pelo equilíbrio fiscal. O Vereador Mauro Bobato lembrava disso, e é uma lembrança clara para nós também, que em 2017 esse cenário era bem diferente. Agora vemos a cidade caminhando com as finanças equilibradas, podendo investir, tendo um fundo anticrise, fazendo frente ao que o Município precisa. Seria isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Próxima inscrita, Vereadora Maria Leticia.

A Sra. Maria Leticia:- Obrigada. Cumprimento a todos e todas. Cumprimento ao Secretário e a toda sua equipe, e já inicio as minhas colocações. Quero também tratar do transporte coletivo, Secretário. Sei que o senhor já manifestou que gostaria de diminuir os acordos, mas vimos que os bares, quando não respeitam as medidas, são multados. O transporte coletivo, claramente, não tem sofrido nenhuma multa, nada, da gestão pública. Tenho a impressão de que estamos reféns desse tipo, desse modelo de transporte coletivo. E quero falar aqui sobre modal. Na verdade, a ciclomobilidade seria uma solução, inclusive, para uma cidade que enfrenta a pandemia, mas não somente quem enfrenta uma pandemia, mas o mundo inteiro tem visto isso. A Prefeitura, na verdade, não apresentou nenhuma viabilidade econômica em relação ao plano que o IPPUC apresentou, ou um plano de ação, de investimentos ou qualquer coisa nesse sentido. E isso me preocupa por demais. Pergunto ao Secretário o que a Câmara Municipal pode fazer para que isso seja implementado, e que deixe de ser uma ação baseada em valores pessoais, quer dizer, se eu pedalo vou incentivar as bicicletas, se não tenho essa prática não vou incentivar. Parece que a gestão pública segue mais ou menos esse modelo, porque existia um projeto, ou uma promessa, de se incentivar as ciclovias e as ciclofaixas na cidade, e isso não tem acontecido. Então pergunto, de que forma a Câmara Municipal pode trazer concretude para a execução desse projeto, que já existe e é um excelente projeto, lá no IPPUC? Votando a LOA? Criando uma pasta? De que forma o Secretário entende que poderíamos contribuir nessa temática? Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi.

O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas, Vereador Mauro Bobato. Com relação ao Fundo de Aval, ao pequeno comerciante, de como o Município de Curitiba pode auxiliar, temos lançado mão de recolhimentos, postergação de recolhimentos. Fizemos o ano passado IPTU, fizemos este ano o Simples, junto com o Governo do Estado e o Governo Federal, e temos o Fundo de Aval. O problema é que a dificuldade do comerciante é a falta de movimento mesmo. Não tem restaurante, não tem gente que vai comprar, o evento não loca a vestimenta para a festa, o espaço não é ocupado e esse é um problema estrutural. Curitiba não tem também a vocação, ou não tem condições, de cobrir perdas do sistema econômico como um todo. Pensamos em algumas alternativas, até do ponto de vista do IPTU, mas que se mostram, vou ser muito sincero e franco, operacionalmente complicadas. Até discuti com alguns Vereadores que nos procuraram nesse sentido. "Bom, vamos dar uma isenção de IPTU para os setores mais afetados pela pandemia". Temos esse mapa (1) de calor de quais foram os setores mais afetados. O grande problema é que aí entra numa questão operacional um pouco complicada. Teríamos que limitar as atividades econômicas, por exemplo, a isenção de IPTU para o setor de eventos, hotel. Embora hotel tenha se recuperado e acho que não seria nem o caso. Nós temos dificuldades do ponto de vista de arranjos internos. Então, uma pessoa tem um imóvel locado, ou loca o imóvel, o que torna praticamente impossível, do ponto de vista operacional, isso funcionar. E aí, outra dificuldade, é que esses comerciantes, na verdade, ou recolhem o ICMS, ou estão no Simples Nacional, do ponto de vista também do ICMS. Então, não é a praia, vamos dizer assim, do



Município. O Município tem olhado para o setor de eventos. Volto a dizer, estamos estudando alguma alternativa de dispensa burocrática, de certidões, enfim, para acesso ao crédito. Embora eu entenda também, compreenda que, às vezes, o acesso ao crédito não resolve porque a pessoa já não está mais nem desenvolvendo atividade econômica. Essa questão da isenção futura de tributos eu vejo com alguma reserva, porque o tributo hoje arrecadado pelo Município, de 2% a 5%, e eu tive uma conversa com a Vereadora Indiará, é melhor estar no bolso do contribuinte do que no cofre da Prefeitura, mas do ponto de vista do Município acaba fazendo falta e não é um recurso assim, no nosso ponto de vista, que vá resolver a situação. Não é isso, a questão é conjuntural. Mas, quero dizer, Vereador Mauro Bobato, que nós estamos abertos à Câmara, a sugestões que possam ser operacionalizadas, estou à disposição também nesse sentido. O que pudermos fazer do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, vale lembrar que qualquer redução, por imposição legal, deve vir acompanhada de uma compensação, mas o que pudermos fazer nós faremos. Aliás, essa questão da compensação, eu assisti uma Sessão da Câmara dizendo que não precisa ter compensação porque o Supremo assim decidiu. Curitiba não decretou calamidade pública. Nós não nos sentimos confortáveis, porque temos uma situação fiscal consolidada, em decretar calamidade pública tendo recursos para bancar os serviços. Daí, com relação à Lei de Outorga tem funcionado. A questão da interação do setor de construção não se dá conosco, na Finanças, mas se dá em especial com o Urbanismo, com o IPPUC, e isso pode ser, sugiro, deliberado com eles. Acho que é mais produtivo do que eu falar. Mas, o fato é que a Lei de Outorga com o Zoneamento ela tem direcionado recursos para habitação de interesse social. Parece-nos interessante do ponto de vista também da aplicação do recurso para quem precisa mais. O Vereador Mauro Ignácio, concordo, acho que essa questão do recurso do Governo Federal é importante sempre ficar muito limpo e muito transparente, porque de repente se construiu uma narrativa de que os municípios ou os Estados receberam recursos e não aplicaram no combate à pandemia. Não. Nós recebemos quinhentos e setenta e um milhões, aplicamos, em especial, em despesas com saúde, inclusive, contratações extras que o Município teve que fazer, abertura de leitos, isso tudo foi bancado com o dinheiro do Governo Federal. Parte disso utilizamos também para fazer frente ao desequilíbrio do transporte, que é um serviço público afetado pela pandemia. E aí, outras diversas despesas que fizemos, desde a aquisição de máscaras, álcool gel, isso tudo utilizamos esses recursos também, além dos recursos do Município, o qual mostrei, as despesas foram maiores, estão sendo maiores porque elas continuam, de recursos municipais. Obviamente, não só o dinheiro da União abasteceu, não compensou todas essas despesas. Recebi aqui por WhatsApp o requerimento que V.Exa. mandou. Vamos olhar e vamos sim detalhar o que for possível. Quero dizer desde já que essas despesas estão lá disponíveis no Portal da Transparência. Existe no Portal da Transparência um item receita versus despesa. É possível verificar cada despesa. É claro que a linguagem vem de empenho, às vezes, é algum contrato e demanda algum esclarecimento. Mas os nossos sistemas têm sido atualizados de forma online para que essa despesa fique lá com o que é Covid, vamos dizer assim, na plataforma online. Com relação ao Governo Federal, realmente o Governo Federal ajudou no ano passado. Recebemos um volume muito significativo do Governo Federal. Aliás, vale lembrar, a discussão era que o Congresso, na época o Presidente Rodrigo Maia, fez um movimento para compensar perdas de arrecadação de Estados e municípios. O Governo Federal quis tomar a dianteira e fixou um valor em torno de sessenta bilhões de reais, seja em suspensão de pagamentos, seja em auxílio financeiro direto. Se o Governo Federal tivesse topado a proposta do Congresso gastaria menos, porque muitos municípios receberam valores superiores ao que perderam. Então, tivemos aí municípios ou Estados com valores mais significativos de encerramento de ano. Isso sempre vai acontecer, Vereador, porque o Governo

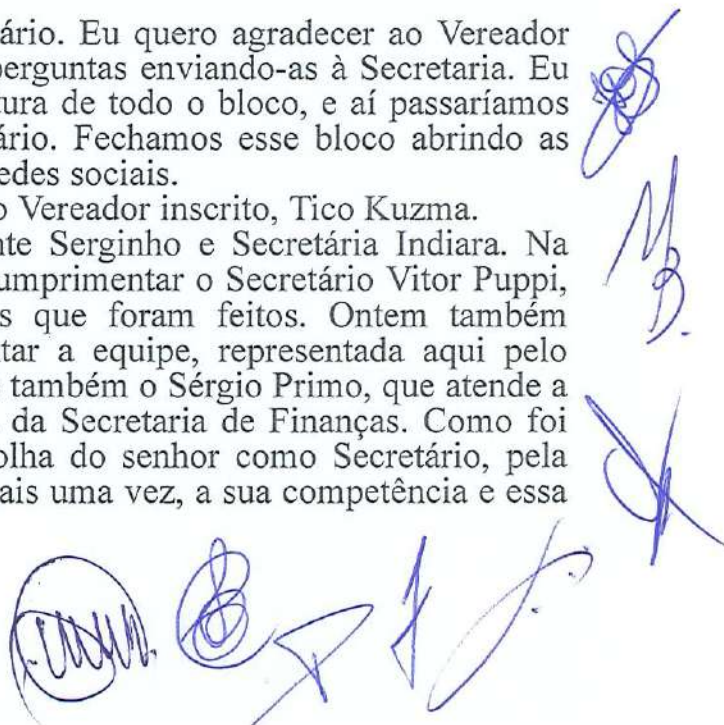


Federal não tem condições, num país como o Brasil, de fazer uma distribuição equitativa e eficiente dos recursos. O processo político impede que isso aconteça. É só ver que um dos Estados mais beneficiados, com o devido respeito, foi o Estado do Amapá, do então Presidente do Senado. É aí nós aqui, vamos dizer, ficamos de braços cruzados esperando o Governo Federal fazer alguma coisa. Não vai fazer. Por isso, cada vez mais é importante assegurarmos que os municípios tenham arrecadação própria, não digo isso só do ponto de vista de Curitiba, mas sim do País. É importante que os municípios tenham capacidade porque o desvio, não no sentido de corrupção, mas o passeio do dinheiro até o município é muito demorado, muito ineficiente, e nós precisamos cada vez mais incentivar a arrecadação própria. Com relação as perguntas, em especial as perguntas do transporte coletivo da Vereadora Maria Leticia, acho que é um tema que precisa realmente ser debatido à exaustão. Acredito que se pudéssemos mudar esse contrato que foi firmado há vinte anos, teríamos mudado. Realmente o contrato não é um modelo de contrato bom para o Município; não é, mas estamos obrigados a respeitar esse contrato. E estamos obrigados também em razão da lei que foi aprovada do regime emergencial a fazer frente a esse desequilíbrio do sistema. O Município, até que a lei tenha vigência, isso salvo engano até o mês de julho deste ano, tem aportado recursos. Não me parece que seja uma situação tão fácil de ser resolvida. Deve ser resolvida no próximo contrato. Acho que essa experiência que Curitiba teve ao longo dos anos precisa e vai ser levada em conta para a próxima licitação de transporte que vai prever, aí sim, um novo sistema, um novo modal elétrico, novas configurações e uma evolução maior do sistema. O problema é que, por enquanto, a nossa realidade mostra uma queda de até 50% no número de passageiros. E o sistema foi feito para rodar com a capacidade máxima ou próxima à máxima. Então, quando tem uma bandeira que diz que o sistema tem que rodar com 50%, é claro que isso é custo, porque são mais ônibus, são mais linhas. Aliás, praticamente Curitiba não diminuiu linhas. E se formos olhar exemplos do mundo, eu mesmo fui pesquisar, e vi que Nova Iorque diminuiu 40%. A pessoa que esperava o metrô em cinco minutos, está esperando em vinte, trinta minutos. Não sei como está agora com a retomada deles. Mas, isso aconteceu por lá também, porque não tem muita mágica, o sistema rodando custa. Agora, com relação ao modal ciclovitário, o IPPUC tem, efetivamente, um projeto, esse projeto vai ser implementado, nós temos recursos para implementar esse projeto. Em breve, ou logo no momento oportuno, será anunciado, nós vamos sim fazer frente aos projetos, até porque está no plano de governo do Prefeito Rafael Greca. É claro que a Câmara pode ajudar sim, sempre, destinando recursos, as emendas são mecanismos interessantes e importantes para fomentar esse tipo de atividade. Mas, vamos investir sim mais na questão ciclovitária, e também nas calçadas, como eu disse ao Vereador Serginho. Acredito que era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Perfeito, Secretário. Eu quero agradecer ao Vereador Dalton Borba que abriu mão e fará as suas perguntas enviando-as à Secretaria. Eu vou pedir à Vereadora Indiara que faça a leitura de todo o bloco, e aí passaríamos para as considerações e respostas do Secretário. Fechamos esse bloco abrindo as perguntas dos cidadãos que participaram via redes sociais.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próximo Vereador inscrito, Tico Kuzma.

O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Presidente Serginho e Secretária Indiara. Na verdade, não vou fazer perguntas, só quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, estamos satisfeitos com os questionamentos que foram feitos. Ontem também estivemos em reunião. Também cumprimentar a equipe, representada aqui pelo Superintendente Fiscal Francisco Inocêncio, e também o Sérgio Primo, que atende a todos os Vereadores, e a todos os servidores da Secretaria de Finanças. Como foi falado aqui, parabenizar o Prefeito pela escolha do senhor como Secretário, pela escolha da equipe. E aqui o senhor mostra, mais uma vez, a sua competência e essa



competência é reconhecida nacionalmente, o senhor liderando a Frente dos Secretários de Finanças. Então, mais uma vez, os nossos agradecimentos pela sua presença em nossa Sessão.

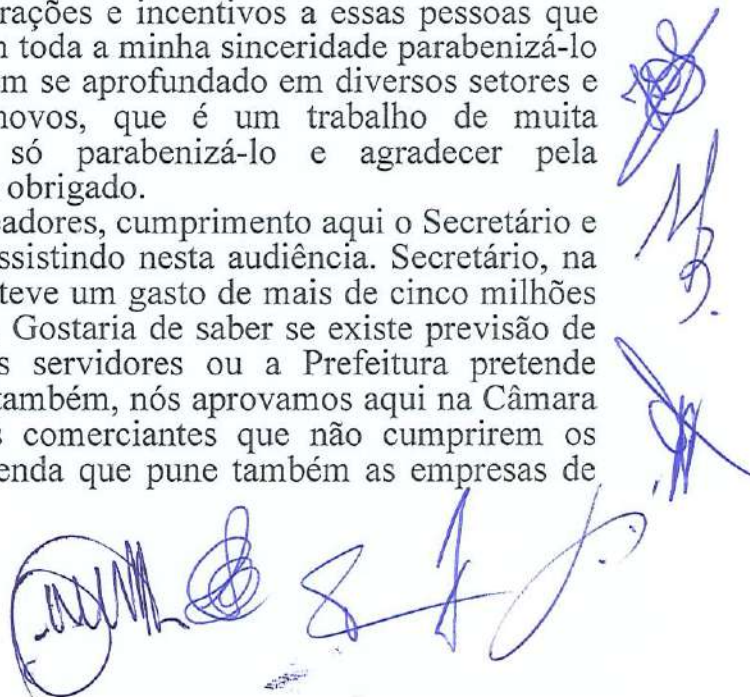
A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próximo Vereador inscrito, Salles do Fazendinha.

O Sr. Salles do Fazendinha:- Bom dia, Secretário, Vereadores, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais. Secretário, tenho duas perguntas bem rápidas e bem objetivas, até para não tomar o tempo, e já agradecendo a sua presença aqui na Casa dos Vereadores. Talvez, você já tenha respondido essas duas questões ao longo da manhã, mas eu tive que atender uma ligação urgente do meu chefe de gabinete e talvez tenha perdido a resposta. Mas, além de Vereador, tenho também uma imobiliária e compradores, vendedores, construtores sempre questionam esse assunto, e eu trago agora para ver se são possíveis essas possibilidades. Eles questionam a possibilidade de estender, ou voltar por mais uns dias, o parcelamento do Refic. E também se é possível a volta, como existiu no passado, do parcelamento do ITBI, Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis. Obrigado.

A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próximo Vereador inscrito, Alexandre Leprevost.

O Sr. Alexandre Leprevost:- Bom dia a todos, Presidente Serginho, Vereadora Indira, demais colegas de trabalho, nosso Secretário. Desde já quero agradecer ao Secretário pela disponibilidade. Ontem acabamos tendo uma audiência pública um pouco mais calorosa e até algumas pessoas polemizaram no sentido de que eu seria contra a Prefeitura. Coisas assim que não fazem muito sentido na minha opinião, até porque, se eu fosse contra a Prefeitura, eu não estaria tentando abrir os olhos para algumas situações que estão erradas. Então, acho que as coisas que estão sendo feitas corretamente temos que elogiar. Desde já, quero lhe elogiar pelas apresentações claras, objetivas, a disponibilidade do tempo, as respostas coerentes. Cada um tem a sua função e nosso papel é fiscalizar se a função está sendo bem-feita. A função da Secretaria de Finanças é executar políticas econômicas, tributárias e financeiras com sabedoria, e manter o equilíbrio fiscal. Os caixas estão sendo extremamente preservados. Então, quero parabenizar o Secretário, a Prefeitura, por estar trabalhando e preservando essa questão financeira com sabedoria. Nós tivemos um acréscimo nas receitas. Então, gostaria de sugerir de uma forma totalmente construtiva que a Prefeitura nessa esfera financeira possa agir com o olhar cada vez mais humanista, principalmente quando associamos programas para as pessoas em vulnerabilidade, para os comerciantes e empresários. A situação está crítica demais. Precisamos buscar algumas soluções. O senhor é um competente executivo que tem uma função muito clara e que exerce um papel com extrema maestria, podemos dizer assim, então, faço esse apelo aqui. Não tenho nenhuma pergunta, mas para que juntos, todos os Vereadores, que possamos buscar novos caminhos para apoio, possíveis reparações e incentivos a essas pessoas que estão precisando muito. No mais, quero com toda a minha sinceridade parabenizá-lo pelo seu trabalho. (A) A nossa equipe aqui tem se aprofundado em diversos setores e chegamos à conclusão, mesmo sendo novos, que é um trabalho de muita competência, muito bem-feito. Então, só parabenizá-lo e agradecer pela disponibilidade do tempo nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Marcos Vieira:- Bom dia aos Vereadores, cumprimento aqui o Secretário e também a toda a população que está nos assistindo nesta audiência. Secretário, na sua apresentação o senhor demonstrou que teve um gasto de mais de cinco milhões de reais e dentro deste gasto estão os RITs. Gostaria de saber se existe previsão de algum concurso público para repor esses servidores ou a Prefeitura pretende continuar pagando os RITs. Outra situação também, nós aprovamos aqui na Câmara uma lei, a lei que pune as empresas, os comerciantes que não cumprirem os decretos, e nesta lei foi aprovada uma emenda que pune também as empresas de



transporte público que descumprirem o decreto. Houve alguma multa, alguma arrecadação, do sistema de transporte público por aglomeração e descumprimento do decreto? Também gostaria de saber em relação à apresentação que foi feita dos valores que foram repassados do Governo do Estado ao transporte. Os valores foram repassados somente ao transporte urbano da Capital ou também aos metropolitanos? E, se foram, quanto? E também gostaria de saber quanto a Prefeitura arrecadou de ISS do sistema de transporte e quanto a Prefeitura arrecadou, ou se tem alguma situação em base administrativa decorrente de fiscalização do sistema de transporte, por descumprimento de algum item do contrato, ou se houve algum tipo de fiscalização. E, por fim, claro que já foi comentado pelos Vereadores que me antecederam, diante da situação que estamos vivendo de pandemia, há a dificuldade dos nossos pequenos empresários, os donos de academias, temos hoje os artesãos da Cidade de Curitiba, os feirantes, que hoje estão impedidos de trabalharem devido ao decreto. Se existe previsão de algum auxílio emergencial para socorrer nesse momento difícil esse pessoal que está passando por esta situação. Seria isto. Muito obrigado.

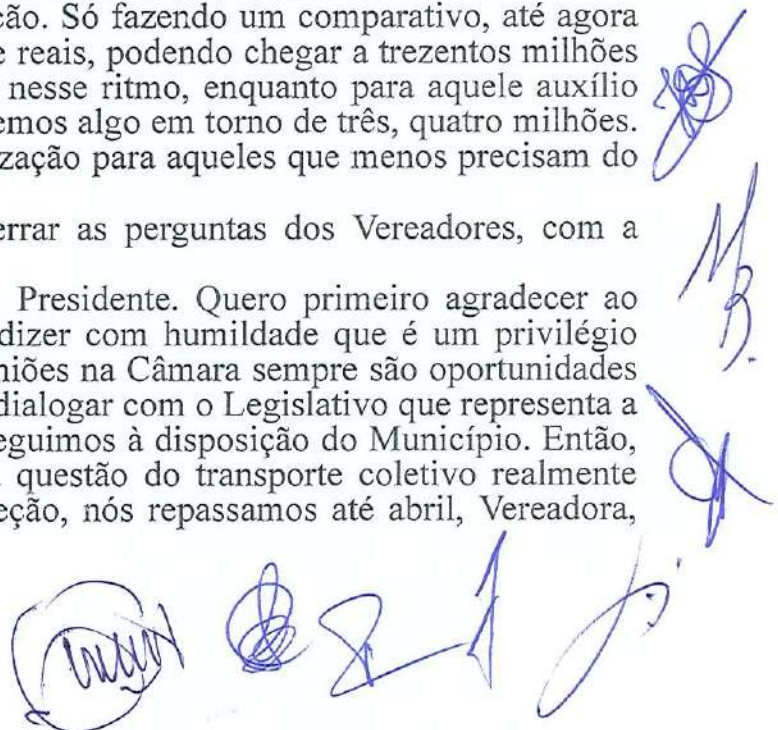
O SR. PRESIDENTE:- Antes de fecharmos esse bloco, eu vou excepcionalmente liberar as perguntas à Vereadora Noemia que quer complementar e à Vereadora Professora Josete e fechamos as perguntas dos Vereadores. E temos que responder também aos que participaram, via redes sociais. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha.

A Sra. Noemia Rocha:- Obrigada, Presidente. Secretário, uma coisa que me faltou a leitura, em relação ao programa da Prefeitura para atender ao pequeno comerciante, ao empreendedor, ao pequeno empresário. Existe programa? Não existe? Tem intenção de existir? Por que não está existindo esse programa de atendimento a esse pequeno empresário e o pequeno comerciante? Outra pergunta. Você disse que está sendo buscado no Governo Federal a questão dos aposentados. E a questão da Prefeitura Municipal, a questão dos Correios, da justiça com as pessoas que estão recebendo gratuidade? Está sendo feito? É possível ser feito ou ainda não foi definido? Muito obrigada, Secretário.

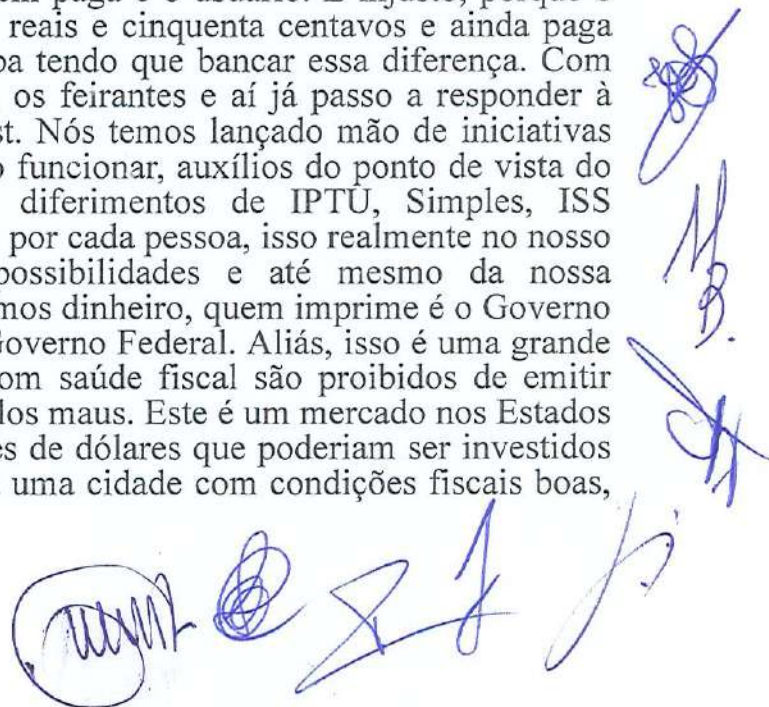
A Sra. Professora Josete:- Obrigada, Vereador Serginho do Posto. Rapidamente, só ainda em relação ao repasse de recursos às empresas do transporte coletivo. Ano passado, segundo levantamentos que fizemos, esse repasse chegou a cento e noventa e dois milhões de reais entre março e dezembro. Este ano, de janeiro a maio, no levantamento que fizemos dos créditos adicionais, já chegou a cento e trinta e três milhões de reais em muitos meses, superando mais de trinta milhões de reais de repasse. Então, nessa lógica, até o final do ano deveremos chegar a cerca de trezentos milhões de reais de repasse. Gostaria de saber ao que se deve esse aumento de recurso, uma vez que não temos observado o aumento da frota e ainda existem linhas com gargalos e superlotação. Só fazendo um comparativo, até agora nós temos cento e trinta e três milhões de reais, podendo chegar a trezentos milhões de reais até o final do ano, se continuar nesse ritmo, enquanto para aquele auxílio dos vouchers nos Armazéns da Família temos algo em torno de três, quatro milhões. Então, não estaria sendo feita uma priorização para aqueles que menos precisam do Poder Público?

O SR. PRESIDENTE:- Para encerrar as perguntas dos Vereadores, com a palavra o Secretário Vitor Puppi.

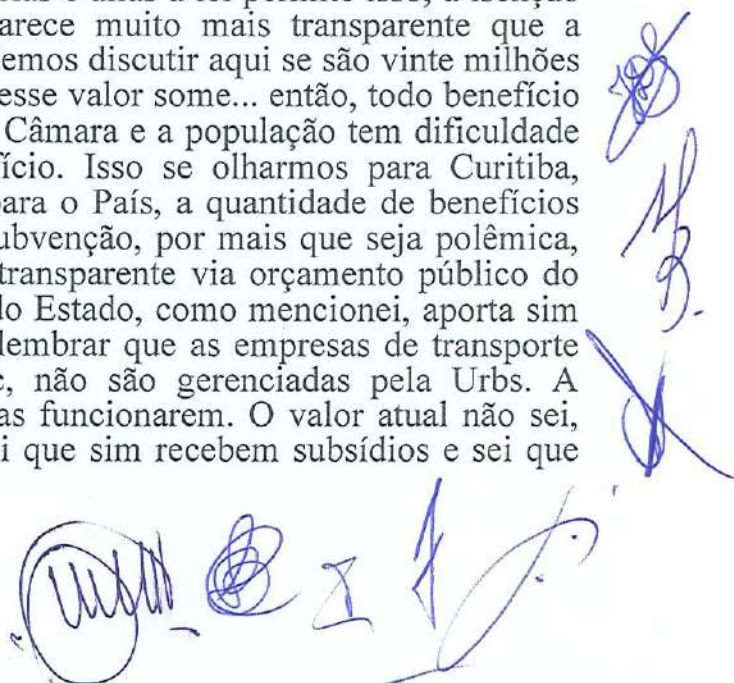
O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Quero primeiro agradecer ao Presidente Tico Kuzma pelas palavras, dizer com humildade que é um privilégio poder servir a cidade. E estas nossas reuniões na Câmara sempre são oportunidades também nossas de aprimorar, aprender e dialogar com o Legislativo que representa a população. Então, muito obrigado, nós seguimos à disposição do Município. Então, vou começar de trás para a frente. Esta questão do transporte coletivo realmente precisa ser debatida. Uma pequena correção, nós repassamos até abril, Vereadora,



noventa e um milhões, se não me engano, e até maio são cento e dez milhões, não são cento e trinta, são cento e dez, mas não muda a magnitude do recurso, é um recurso muito grande realmente. Mas ele é grande por algumas razões, primeiro, porque, volto a dizer, Curitiba está bancando sozinha a integração do sistema. A Urbs tem um cálculo que mostra quanto custa manter integrado Colombo, Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Pinhais, São José dos Pinhais, enfim, todas as cidades da Região Metropolitana. É um custo muito alto do ponto de vista do Município de Curitiba. Isto era até então de alguma forma compartilhado com o Estado do Paraná, que auxiliava a título de subsídio uma parte desse sistema. Nós estamos negociando um repasse com o Estado, ainda não se concretizou, mas se pode ver que até agora as contribuições foram ou muito tímidas ou praticamente inexistentes. Esse é um custo muito grande que temos mantido, custo ainda maior, porque mantivemos o valor da tarifa em quatro reais e cinquenta centavos. Então, é uma receita que o sistema também deixa de arrecadar, sendo que subiu, isto não é segredo, o diesel, o quanto subiram essas peças, a manutenção, tudo subiu. Então, aí tem também um valor dentro disso que faz parte desse subsídio. Tem a queda no número de passageiros. Então, existe também ainda um valor que custa caro a ser repassado, mesmo com a lei que foi aprovada que diminuiu o custo do sistema, zerou a margem das empresas. Mas esta administração... volto a dizer, e os valores são sempre verificados pela Urbs, quem faz a planilha, quem calcula essas diferenças, quem apura a receita é a Urbs. Mas o que eu posso dizer é que o Município, em especial nós, temos dialogado muito com a Urbs, pedido, mostrado que os recursos realmente são muito altos. Acho que a comparação que V.Exa. fez com relação ao programa é válida, do voucher, que imaginamos que vamos colocar em torno de dez milhões de reais, mas se comparado com o volume do transporte, obviamente é um volume maior. Mas quem usa o transporte, por outro lado também, são as pessoas que precisam, quem não precisa, às vezes até precisa, tem utilizado Uber e outros mecanismos. Então, o transporte público ainda assim atende também a população que precisa. Manter o transporte também é, não deixa de ser, uma prioridade do ponto de vista do serviço público. A lei acaba em junho, não sei ainda qual vai ser a política da Urbs, temos conversado, acho que isso cabe também ao Presidente da Companhia atualizar. Mas também o que não for do financeiro, estou à disposição para outros esclarecimentos aqui. Com relação a complementação da Vereadora Noemia, as gratuidades, preciso verificar qual lei, qual esfera da Federação instituiu a gratuidade. Parece-me que a gratuidade dos idosos, salvo engano, a maior parte, alguns municípios diminuíram a idade para ser gratuito, mas existe, salvo engano, um limite na lei federal que já estipula essa gratuidade, e aí vem a Polícia Militar, Correios, cada ente legislou de certa forma. Seria preciso identificar quem legislou e aí estabelecer uma retomada da cobrança ou esclarecer quem vai pagar essa conta que, por enquanto, como V.Exa. falou, quem paga é o usuário. É injusto, porque o usuário paga duas vezes, paga nos quatro reais e cinquenta centavos e ainda paga quando paga impostos e o Município acaba tendo que bancar essa diferença. Com relação a pergunta sobre os comerciantes, os feirantes e aí já passo a responder à pergunta do Vereador Alexandre Leprevost. Nós temos lançado mão de iniciativas que podemos fazer e que sabemos que vão funcionar, auxílios do ponto de vista do Armazém da Família, Fundo de Aval, diferimentos de IPTU, Simples, ISS autônomos. Agora, um valor a ser recebido por cada pessoa, isso realmente no nosso entender foge um pouco das nossas possibilidades e até mesmo da nossa competência. Nós municípios não imprimimos dinheiro, quem imprime é o Governo Federal, quem lança título acaba sendo o Governo Federal. Aliás, isso é uma grande injustiça, porque os municípios mesmo com saúde fiscal são proibidos de emitir títulos no Brasil, os bons pagam a conta pelos maus. Este é um mercado nos Estados Unidos de dois trilhões e setecentos bilhões de dólares que poderiam ser investidos nas cidades. Então, por que não permitir a uma cidade com condições fiscais boas,



que faça a lição de casa, de emitir título? Porque emitir título significa não dar dinheiro para o sistema financeiro, é mais barato o município lançar título do que colocar recursos às vezes num banco público, tomar um empréstimo. Então, isso tínhamos também que evoluir, acho importante essa discussão do ponto de vista de investimento. Mas, voltando a nossa realidade da pandemia, nós estamos abertos, eu tenho acompanhado os outros municípios também, até agora vi algumas iniciativas com relação a auxílios, alguns municípios deram cem reais de auxílio para as pessoas, mas não nos parece que isso, primeiro é muito impactante do ponto de vista da Prefeitura e não nos parece que isso vai resolver o problema. Aliás, o Governo do Estado lançou um programa para as empresas, salvo engano, do Simples, um valor monetário, que me parece que foi criticado, não sei também se vai resolver o problema. Mas, de toda forma, Vereador e Vereadora, estamos à disposição para lançar mão de iniciativas que realmente ajudem quem realmente precisa. Vou passar às perguntas do Vereador Marcos Vieira, são várias e todas muito bem colocadas. Com relação aos RITs, ele é uma prática já há tempo existente no Município de Curitiba. Temos feito concursos, mas o fato é que em razão do número de aposentadorias ser super expressivo e até em razão da idade, ou seja, coincidiu isso com a Constituição de 1988, em especial, o magistério adquiriu a possibilidade de se aposentar agora nos últimos anos. Nós repomos, mas não é suficiente. Lançamos mão também do PSS - Processo Seletivo Simplificado, que tem se mostrado interessante do ponto de vista até de racionalidade do gasto público. O Município às vezes não precisa fazer frente a tantos profissionais, até porque existe um estudo que mostra que com o tempo o número de matrículas da rede municipal vai diminuir, Curitiba é uma Cidade que vai envelhecer. Então, temos também que pensar nisso, quantas pessoas vamos alocar para fazer frente a esse serviço, porque uma vez que a pessoa entra no Município, é claro, o concurso público é uma forma importante e justa de a pessoa ingressar no Município, eu mesmo sou concursado, a pessoa fica também, carrega a Previdência e isso tem que ser sempre verificado. Nós precisamos verificar os valores que impactam. Mas, temos feito concursos sim. Agora existe uma proibição da Lei Complementar nº 173 de aumento de despesas com pessoal, salvo reposição ou alguma coisa assim. Como as aulas estão em sistema remoto, não temos ainda necessidade desde já de lançar mão de concurso, esperamos que em breve possamos retomar com plenitude as aulas, a Secretária Maria Sílvia certamente pensa da mesma forma. As multas do transporte público, isso cabe ao Urbanismo, cabe a Urbs (U) e eu sinceramente não sei informar se houve ou não multa. O que posso dizer é que qualquer multa, seja do transporte, seja das pessoas, depende de um processo legal, as pessoas recorrem e isso tudo demora para a imposição se tornar definitiva, até a inscrição em dívida ativa. O ISS do transporte no ano passado foi baixo, em torno de sete milhões de reais, já foi de doze, treze, depende muito das receitas. É uma verba importante, mas também não é algo que vá resolver a situação do transporte. Existem ideias e aliás a lei permite isso, a isenção do ISS do transporte coletivo, mas me parece muito mais transparente que a subvenção seja por orçamento, porque aí podemos discutir aqui se são vinte milhões por mês, se são "x" milhões por ano, do que esse valor some... então, todo benefício fiscal some depois na prestação de contas, a Câmara e a população tem dificuldade depois para verificar onde está esse benefício. Isso se olharmos para Curitiba, imaginem só se olharmos para o Estado e para o País, a quantidade de benefícios que existem? É muito mais transparente a subvenção, por mais que seja polêmica, por mais que discutamos aqui, mas é mais transparente via orçamento público do que por via de benefício fiscal. O Governo do Estado, como mencionei, aporta sim recursos para a Região Metropolitana, vale lembrar que as empresas de transporte metropolitano são gerenciadas pela Comec, não são gerenciadas pela Urbs. A Comec fornece subsídios para essas empresas funcionarem. O valor atual não sei, isso consta do orçamento do Estado, mas sei que sim recebem subsídios e sei que



sim Curitiba não recebeu em 2020 e em 2021, até agora. Com relação ao contrato de transporte, as multas por descumprimento, também cabe a Urbs a fiscalização e a gestão do transporte público, então, eventual descumprimento de contrato, quem faz essa gestão é a Urbs e acredito que o questionamento poderia ser direcionado à companhia. O auxílio emergencial acredito que já mencionei, passando agora finalmente às perguntas do Vereador Salles do Fazendinha: o Refic, Vereador? Não temos e até se eu falasse que temos, amanhã o contribuinte deixaria de pagar. Então não temos previsão de reabertura do Refic, não temos previsão. Precisamos que o contribuinte continue arrecadando, pagando seus tributos em dia com a Prefeitura, como aliás o fez à vista no IPTU, que foi algo bastante significativo para Curitiba. Quanto ao parcelamento do ITBI, avançamos e hoje é possível parcelar até com cartão de crédito. O que nós hoje vamos enfrentar é uma situação diferente, porque o Supremo Tribunal Federal disse que seria inconstitucional a cobrança do ITBI na escritura, deveria ser feita no registro. Esse julgamento ainda não transitou em julgado, ou seja, não foi encerrado, mas em Curitiba é na escritura. Estamos aguardando a definição desse julgamento pelo Supremo, para ver se vai modular os efeitos ou se vai fazer algo nesse sentido, mas nós, caso não exista modulação, vamos ter que rever essa sistemática de cobrança também do ITBI. Estamos estudando o que é mais acertado, mas o parcelamento hoje se dá via cartão de crédito. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário Vitor Puppi. Pergunto à Vereadora Indira Barbosa: temos questões formuladas via redes sociais?

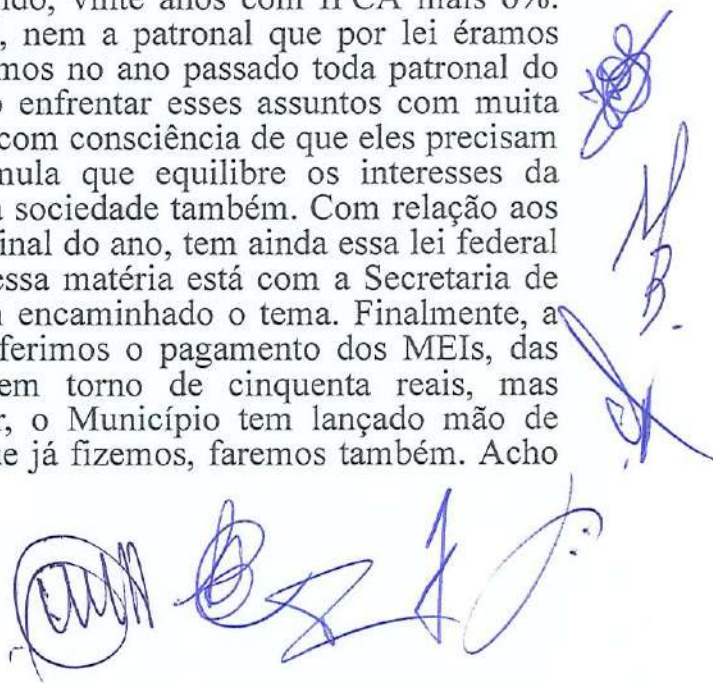
A SRA. INDIARA BARBOSA:- Temos sim, Vereador Serginho do Posto. Eu posso falar rapidamente algumas e outras até acredito que o Secretário já falou um pouco, mas só para ficar registrado. Menciono também que no final da fala da Aline chegaram duas perguntas e acabei não lendo, então só para mencionar uma pergunta do Cleber Moura em relação as reformas nos gabinetes dos Vereadores, que foi respondida pelo perfil da própria Câmara. E depois as perguntas para o Secretário, uma delas é da Rejane Soldani, pelo YouTube, e ela pergunta: "Por que o relatório resumido da execução orçamentária do segundo bimestre de 2021 só é publicado às vésperas da prestação de contas na Câmara? A população e os Vereadores precisam ter tempo para analisar." Eu também já fiz essa pergunta para o Secretário em reunião, mas acho que é importante esclarecer também à população. Foram feitas mais algumas perguntas relacionadas ao tema da Previdência. São três ou quatro perguntas meio parecidas, vou ler aqui e o Secretário já falou um pouco, mas aí se quiser só complementar. Ela fala sobre seiscentos e noventa e cinco milhões do Fundo de Previdência dos Servidores. Ela pergunta "Se havia uma dívida tão grande em relação a Previdência, por que mesmo assim foram retirados esses seiscentos e noventa e cinco milhões do IPMC, aumentando ainda mais a dívida?" E também: "Se a Prefeitura pretende trazer as regras da Emenda Constitucional nº 103/2019, transferindo o déficit previdenciário para os servidores, mesmo podendo arcar com o pagamento dessa dívida e contribuindo para o seu aumento?" E uma última pergunta em relação ao plano de carreira da Guarda Municipal: "Tendo em vista que o vencimento inicial da carreira se encontra extremamente defasado e há mais de quinze anos não se faz ascensão na carreira, como ficará esse plano?" Tem mais uma da Tiemi, falando sobre IPTU, água, luz e outros impostos, e como MEI ela não está podendo fazer o recolhimento das parcelas: "No nível do Município, na sua área de competência, poderia ser feito algo, uma isenção para os MEIs?" O Secretário já mencionou esses temas, mas, para complementar. É isso.

O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi e depois já peço para que o senhor faça as suas considerações finais. Obrigado.

O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Sr. Presidente e Vereadora Indira. Sobre as perguntas da Sra. Rejane, o prazo estipulado pela lei é até o último dia do mês agora vigente, de maio. Então, publicamos antes porque realmente fechamos antes. Fechar



as contas de cada quadrimestre, estamos falando de uma arrecadação de 3,3 bilhões de reais, despesas bastante significativas também, leva tempo, então, cumprimos o prazo. Fazemos questão de tentar publicar o quanto antes para a Câmara para facilitar a compreensão. A apresentação que trago é só uma representação gráfica da situação do Município. Faço questão, como já disse, de manter a mesma linha desde 2017. E sei que a Rejane acompanha essas apresentações desde 2017, temos mantido esse mesmo nível de informação. Quanto a apresentação, porque até o Presidente me cobrou a apresentação antes, mas confesso que devo ter encerrado a apresentação às 8h59min ou às 9h03min, enquanto a Diretora Aline ainda falava, porque sempre vou revisando coisas e infelizmente é assim. Aliás lembro que isso não é exclusividade minha, lendo agora o livro do ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ele diz que das oito apresentações que ele fez na Assembleia da ONU, nunca encerrou o discurso antes de dez minutos. É claro que humildemente não estou aqui obviamente me comparando, mas realmente essas coisas de apresentações acabamos finalizando um pouco antes só de entregar. Gostaria que fosse antes, pudesse eu já encerrar antes, mas sempre dependo de dados e mais dados. Cada slide tem muitos dados, é uma apresentação realmente que tem que ser muito rica. Com relação a Previdência, é um tema fundamental para ser debatido. Temos que discutir sim a Emenda n.º 103, porque hoje qualquer sistema previdenciário apresenta déficit elevado. Em Curitiba o déficit atuarial... São tantos números que às vezes confundem, mas o déficit atuarial é superior a quatorze bilhões de reais, que devem ser pagos em trinta e cinco anos. Como ele é pago? Por meio de financiamento, aportes, receita da patronal e receita do servidor. O servidor, e essa pergunta a Vereadora Professora Josete já fez, já está com a alíquota de 14%, é claro que a emenda constitucional autoriza "n" formas de financiamento disso, agora temos que achar uma forma de financiamento que seja justa com o servidor mas também com a sociedade, porque mais uma vez essa conta será paga. Hoje se fizemos uma conta e a Vereadora Professora Josete falou dos vinte milhões por mês do transporte coletivo, pois bem, por dia útil gastamos oito milhões de reais com aposentadorias, com Previdência, ou seja, a cidade gasta por dia útil em torno de oito milhões de reais por mês com sistema previdenciário, que é nossa maior função, gastamos mais com o sistema previdenciário do que com o sistema de saúde, mesmo na pandemia, para um quadro de servidores ativos e inativos, hoje temos aí em torno, um pouco menos de quarenta mil servidores ativos, mas quantos inativos? Então, isso tem que ser discutido de forma transparente. O Município não vai fazer reforma, então vamos fazer o que? Vamos tirar de outras áreas. A conta da Previdência sempre sobra porque esse cálculo é feito ao longo de trinta e cinco anos. Quero dizer, Rejane, que não tiramos um centavo do Instituto de Previdência, pelo contrário, quitamos as obrigações passadas, da gestão passada de 2013-2016, que não repassou quinhentos milhões de reais e que o cidadão curitibano vai pagar essa conta, já está pagando, vinte anos com IPCA mais 6%. Não deixamos nenhuma dívida, nenhum real, nem a patronal que por lei éramos autorizados a não pagar para o sistema, pagamos no ano passado toda patronal do Município devida ao IPMC. Então, é preciso enfrentar esses assuntos com muita tranquilidade, com muita calma, mas também com consciência de que eles precisam ser debatidos à exaustão e achar uma fórmula que equilibre os interesses da Previdência, do Instituto, com os interesses da sociedade também. Com relação aos planos de carreira, eles estão suspensos até o final do ano, tem ainda essa lei federal que proíbe qualquer revisão nesse sentido e essa matéria está com a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, que tem encaminhado o tema. Finalmente, a última pergunta com relação a MEIs, nós diferimos o pagamento dos MEIs, das contribuições, uma contribuição pequena, em torno de cinquenta reais, mas diferimos, isso está diferido e, volto a dizer, o Município tem lançado mão de mecanismos. O que for possível a mais do que já fizemos, faremos também. Acho



que era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço o entendimento e a disponibilidade do Secretário Vitor Puppi, estendendo essa audiência. É muito importante a clareza e a transparência com os números das receitas e das despesas do Município, trazendo esse relatório quadrimestral. Cumprimento V.Exa. e toda a sua equipe da Secretaria de Finanças, que faz a gestão da nossa cidade. É importante sabermos que, não sendo tão conservador, mas sendo inovador, esta pasta é muito importante para o dia a dia da cidade. Em razão do tempo esgotado, gostaria de encerrar e antes disso quero fazer um registro, agradecendo ao Sr. Presidente e a todos os Vereadores que participaram desta Sessão, aos cidadãos que encaminharam as suas perguntas e também a toda equipe de assessoramento da nossa Comissão, o Diretor Veli Cristo, a Danielli Wandembruck, o Tiago Leão, o Roberjan Prestes e o João Carlos da Costa. Também agradecer a Izabella, a Fernanda e os demais servidores que colaboraram para que esta audiência ocorresse da melhor forma. Pedindo escusas aos senhores Vereadores, mas reforçando o momento difícil que passamos nessa pandemia, peço que redobrem os cuidados, que mantenham o distanciamento, que utilizem máscaras e álcool em gel. Nesse momento eu peço também orações a dois assessores meus que estão num momento delicado, internados no Hospital Onix, acometidos pela Covid-19. Este momento é um momento difícil que o País e o mundo passa, mas em especial que redobremos os cuidados. Era isso. Ao encerrar esta audiência, quero agradecer aos membros da Comissão que já foram citados no início dos trabalhos, convidando para que às 14h30min possamos deliberar projetos na Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização desta Casa. Está encerrada a audiência pública, às 13h01min. Agradeço a participação de todos. Tenham um bom dia e uma boa semana." Do que para constar, a presente Ata foi lavrada pela equipe de Taquigrafia e organizada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Oσίας Moraes
Membro

Prof.ª Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro